



**REGIÃO
DE COIMBRA
a tua Casa**

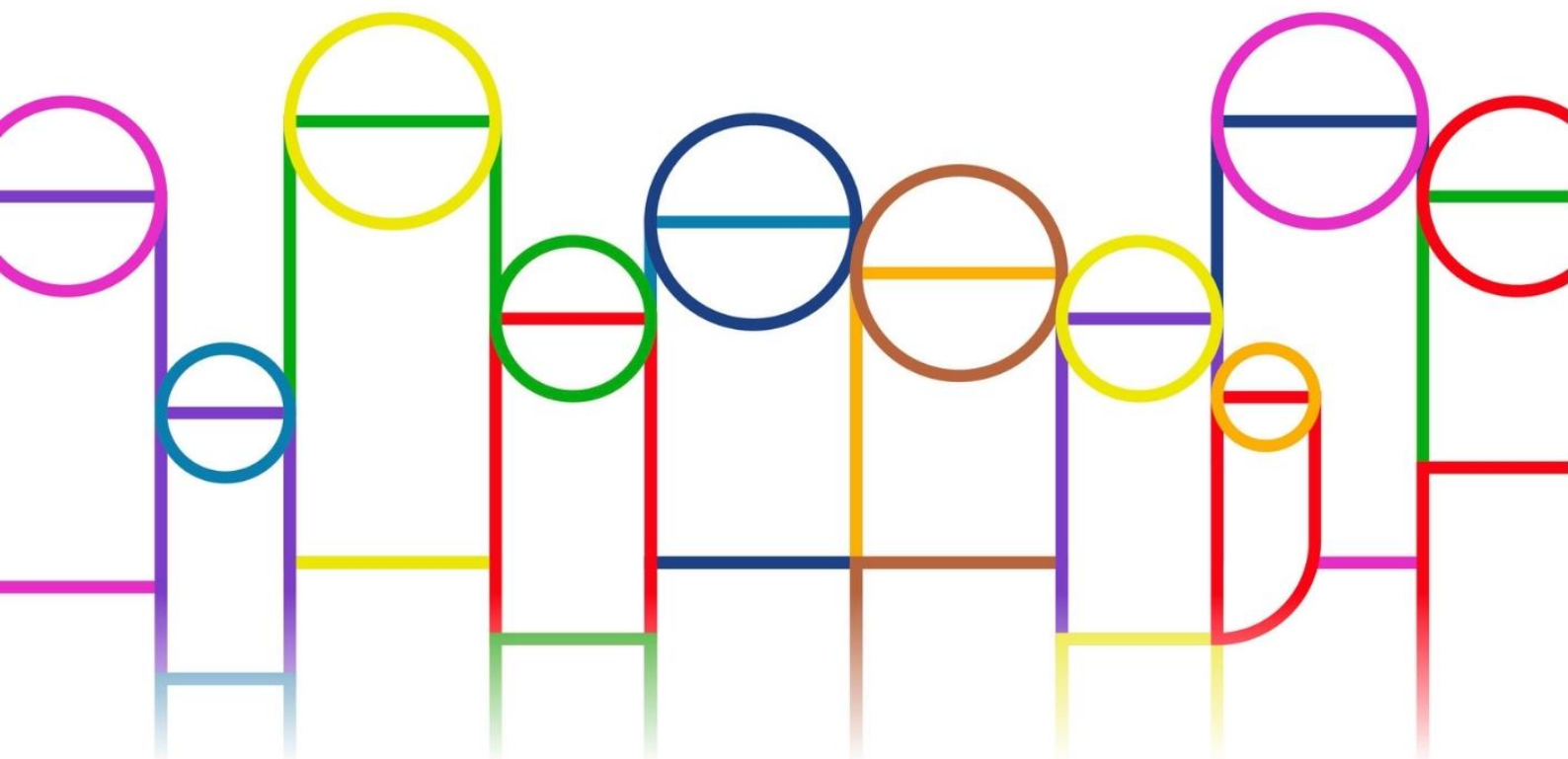
*Onde todas as
pessoas têm lugar*



Góis
município

PLANO MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

MUNICÍPIO DE GÓIS



**REGIÃO
METROPOLITANA
COIMBRA**
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

**MIGUEL
TORGA**
ISMT.PT

Fundo
Asilo, Migração
e Integração
2030



Cofinanciado pela
União Europeia

**PORTUGAL
2030**

Os Fundos Europeus mais próximos de si.

FICHA TÉCNICA

Título:

Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Promotor:

Município de Góis

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Coordenação Institucional

António Rui de Sousa Godinho Sampaio – Presidente da Câmara Municipal

Coordenação Técnica Municipal:

Sónia Ramos e Célia Simões – Núcleo de Desenvolvimento Social, Cultural e Económico

Coordenação Técnica:

Fernanda Daniel e Laura Lemos

Equipa Técnica:

Diana Azedo, Diogo Andrade, Pedro Almeida e Ricardo Crispim

Edição: novembro de 2025

ÍNDICE

Índice	3
Índice de Tabelas.....	5
CAPÍTULO I.....	8
1. Enquadramento Geral	8
1.1. Nacional e Regional	8
1.2. Local — O Município de Góis	8
1.3. Âmbito e Público-alvo	9
1.4. Inserção no Projeto Intermunicipal	10
CAPÍTULO II.....	11
2. Objetivos.....	11
2.1 Objetivo Geral.....	11
2.2 Objetivos Específicos	11
2.3. Importância destes objetivos para o concelho de Góis	11
CAPÍTULO III	12
3. ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	12
CAPÍTULO IV	13
4. DIAGNÓSTICO LOCAL	13
4.1. Posicionamento Geográfico	13
4.1.1 Evolução Demográfica (2011–2024)	13
4.1.2 Densidade Populacional nas Freguesias (2011-2021).....	14
4.2. Caracterização da População Migrante (2021-2024)	14
4.2.1. Crescimento da População Migrante	15
4.2.2. Escolaridade da População Migrante.....	16
4.2.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	18
4.2.4. Educação e Língua	19
4.2.5. Habitação	19
4.2.6. Saúde.....	20
CAPÍTULO V	22
5. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO À POPULAÇÃO MIGRANTE	22
5.1. CLAIM – Centro Local de Acolhimento e Integração de Migrantes de Góis	22

5.2. Acolhimento aos Cidadãos Deslocados da Ucrânia.....	22
5.2.1 – Programa Porta de Entrada	23
5.3. Acolhimento de família com Estatuto de Refugiado	23
5.4. Lavadouros com Alma – Festival Intercultural	23
CAPÍTULO VI	24
6. Inquérito à Comunidade Migrante.....	24
6.1 Análise dos dados	24
6.2 Metodologia	24
6.3 Instrumentos de Recolha de Dados	24
a) Questionário estruturado	24
6.4 Procedimentos Éticos e Disseminação do Inquérito	25
6.5 Caracterização Sociodemográfica da Amostra	25
6.6. Abrangência Territorial.....	27
6.7. Dimensões de Análise	27
6.7.1. Trajeto Migratório	27
6.7.2. Redes de apoio e condições de integração	32
6.7.3. Habitação e acesso à saúde	34
6.7.4. Educação, qualificações e mercado de trabalho	36
6.7.5. Participação social, cívica e religiosa.....	40
6.7.6. Discriminação, direitos e dados demográficos	42
CAPÍTULO VII	45
7. Plano de Ação	45
Referências Bibliográficas	53

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - População Residente	13
Tabela 2 – Índice de Envelhecimento	13
Tabela 3 - População Residente por Freguesia e Densidade Populacional (2011/2021)	14
Tabela 4 – Residentes Estrangeiros	14
Tabela 5 - Retrato Populacional do Município de Góis	15
Tabela 6 - População Residente por Freguesia do Município de Góis (2021)	16
Tabela 7 - População Residente e de Nacionalidade Estrangeira, Segundo o Nível de Ensino Mais Elevado Completo, no Município de Góis	17
Tabela 8 - População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente por Nacionalidade e Sexo do Município de Góis	17
Tabela 9 - Distribuição do Emprego por Setores de Atividade no Município de Góis (2021)	18
Tabela 10 - Caracterização Sociodemográfica da Amostra	26
Tabela 11 – Tempo de Residência em Portugal.....	27
Tabela 12 – Razão da Saída do País de Origem.....	28
Tabela 13 - Documentação Para a Entrada em Portugal	29
Tabela 14 – Atual Estatuto de Permanência em Portugal	29
Tabela 15 – Condição e Intenção de Obtenção da Nacionalidade Portuguesa	30
Tabela 16 – Condição e Intenção de Obtenção da Nacionalidade Portuguesa	30
Tabela 17 – Condições de Chegada a Portugal.....	31
Tabela 18 – Intenção de Reagrupamento Familiar em Portugal	31
Tabela 19 – Apoio Recebido Desde a Chegada a Portugal	32
Tabela 20 – Dificuldades Enfrentadas em Portugal	33
Tabela 21 – Aspetos Considerados Importantes para a Integração em Portugal.....	33
Tabela 22 - Espaço Habitacional dos/as Participantes.....	34
Tabela 23 – Avaliação das Condições Habitacionais	35
Tabela 24 – Dificuldades Enfrentadas para Encontrar Habitação em Portugal	35
Tabela 25 – Acesso e Experiências no Sistema de Saúde em Portugal.....	35
Tabela 26 – Escolaridade	36
Tabela 27 – Reconhecimento de Estudos e Cursos Realizados no Estrangeiro	37
Tabela 28 – Situação Profissional Atual.....	37
Tabela 29 – Grau de Satisfação com a Situação Profissional Atual.....	38
Tabela 30 – Forma de Obtenção do Emprego Atual em Portugal	38
Tabela 31 – Grau de Proficiência em Português para Comunicação Pessoal	39
Tabela 32 – Grau de Compreensão de Notícias em Português	39
Tabela 33 – Auto perceção da Capacidade de Uso de Computador e Internet	39
Tabela 34 – Inscrição de Filhos/as em Estabelecimentos de Ensino e Facilidade de Matrícula	40
Tabela 35 - Participação em Atividades Sociais e Comunitárias	41
Tabela 36 – Situação (Inscrição) de Registo Eleitoral	41

Tabela 37 – Identificação Religiosa ou Crença Espiritual	41
Tabela 38 – Auto percepção do Nível de Inclusão na Região Onde Reside	42
Tabela 39 – Sentimento de Tratamento Injusto por Motivo de Origem, Cor, Nome, Sotaque ou Religião	43
Tabela 40 – Percepção sobre o Acolhimento pela População Local em Portugal	44
Tabela 41 – Facilidade Percebida para Obter Apoio Legal	44

Lista de Siglas

ACM, I.P – Alto Comissariado para as Migrações

AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CMG – Câmara Municipal de Góis

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

CNAIM - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes

EHL - Estratégia Local de Habitação

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

I.S.S., I.P. - Instituto da Segurança Social

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

NPT - Nacionais de Países Terceiros à União Europeia

PMIM - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

UE – União Europeia

ECRI - Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância

IHRU, I.P. - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

CAPÍTULO I

1. ENQUADRAMENTO GERAL

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Góis (PMIM) constitui um instrumento estratégico que visa promover a integração plena das pessoas migrantes no Concelho, reforçando a coesão social, o acesso a direitos e a participação ativa na comunidade.

Partindo de uma análise demográfica, social e territorial, o plano identifica necessidades, oportunidades e propostas de ação para consolidar políticas locais de acolhimento e integração, alinhadas com as orientações nacionais e com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**.

1.1. Nacional e Regional

Portugal tem vindo a desenvolver, desde o início dos anos 2000, políticas cada vez mais sólidas no acolhimento e integração de migrantes. Tanto a administração central como a administração local, bem como organizações da sociedade civil, têm contribuído para criar respostas mais inclusivas e adequadas. Este esforço tem sido reconhecido nacional e internacionalmente.

Num contexto global marcado por movimentos migratórios intensos, motivados por razões económicas, sociais, políticas ou humanitárias, tornou-se essencial reforçar estratégias que promovam uma atuação articulada entre entidades públicas, setores sociais e comunidades locais. Uma integração bem-sucedida beneficia não só quem chega ao país, mas também as regiões que acolhem novas populações, ajudando a revitalizar territórios e a dinamizar economias locais.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Góis (PMIM) surge inserido no projeto **“A Tua Casa”**, promovido pela **Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC)** e financiado pelo **Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)**. O projeto abrange 19 municípios da região, entre os quais o concelho de Góis, permitindo uma visão integrada da migração no território regional.

1.2. Local — O Município de Góis

Tal como acontece em muitos territórios do interior do país, o concelho de Góis tem enfrentado desafios demográficos significativos, tais como o envelhecimento da população e a redução do número de residentes. Contudo, nos últimos anos, tem-se verificado um crescimento gradual e consistente do número de cidadãos estrangeiros que elegem Góis como local para residir, exercer atividade profissional ou investir.

Entre 2011 e 2021, a população estrangeira mais do que duplicou, e em 2023 voltou a crescer expressivamente. Este aumento tem contribuído para atenuar a perda populacional e para dinamizar a vida social e económica do concelho.

A chegada de novos residentes trouxe não só diversidade cultural, mas também novas competências, projetos e formas de participação que reforçam a vitalidade do território.

A elaboração deste plano surge, assim, da necessidade de assegurar que o município é capaz de conhecer de forma aprofundada os seus novos residentes, nomeadamente:

- identificar os seus desafios e necessidades específicas;
- criar condições para um acolhimento digno e eficaz;
- promover oportunidades de integração e participação;
- assegurar serviços preparados para trabalhar com públicos diversos.

1.3. Âmbito e Público-alvo

O PMIM de Góis é um documento de política e de gestão que incorpora as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações a nível local, e que concorrem para a concretização do processo polivalente de integração dos migrantes na sociedade, para uma adequada gestão dos fluxos migratórios enquanto contributo para o desenvolvimento local.

O PMIM tem como objetivo proporcionar uma caracterização abrangente, atual e rigorosa da realidade migratória no concelho de Góis, constituindo uma base estruturante para a definição de políticas públicas locais mais eficazes, inclusivas e duradouras. A sua implementação assenta em princípios fundamentais, designadamente:

- valorização da diversidade;
- igualdade de oportunidades;
- respeito pelos direitos humanos;
- promoção da justiça social;
- reforço da coesão comunitária;
- participação ativa de todas as pessoas.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Góis (PMIM) tem como principal público-alvo a população migrante residente no concelho, independentemente da sua nacionalidade, origem étnica, estatuto jurídico, género, idade, religião ou tempo de permanência no território.

O plano abrange cidadãos estrangeiros provenientes de países terceiros, cidadãos da União Europeia, requerentes de proteção internacional, refugiados e beneficiários de estatuto de proteção temporária, regularizados ou em processo de regularização. Considera ainda as especificidades de diferentes perfis migratórios, nomeadamente trabalhadores, estudantes, empreendedores, famílias, crianças e jovens, bem como pessoas em situação de maior vulnerabilidade social.

O PMIM de Góis reconhece a diversidade de necessidades, expectativas e percursos da população migrante, procurando garantir o acesso equitativo a serviços essenciais, tais como educação, saúde, habitação, emprego, formação, ação social e participação cívica. Paralelamente, promove o conhecimento dos direitos e deveres, o reforço da autonomia individual e a participação ativa na vida social, cultural e comunitária do concelho.

Embora centrado na população migrante, o PMIM dirige-se igualmente à comunidade local e às entidades intervenientes, entendendo a integração como um processo bidirecional, assente na interação, no respeito mútuo e na corresponsabilização de todos os atores sociais.

1.4. Inserção no Projeto Intermunicipal

A integração do Município de Góis no projeto intermunicipal dinamizado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) permite potenciar sinergias e reforçar a eficácia das políticas locais de integração, nomeadamente através de:

- comparação e análise das dinâmicas migratórias entre os diferentes municípios;
- aplicação de metodologias comuns de recolha, tratamento e análise de dados;
- desenvolvimento de respostas articuladas a nível regional;
- partilha e consolidação de boas práticas;
- melhoria da eficiência dos serviços de acolhimento e integração de migrantes.

Deste modo, o PMIM de Góis assume-se simultaneamente como um instrumento de intervenção local e como parte integrante de uma estratégia regional concertada, orientada para a promoção de políticas públicas coerentes e sustentáveis no domínio da integração de migrantes.

O PMIM é, por isso, simultaneamente um **documento local** e uma **peça integrante de uma estratégia regional mais ampla**.

CAPÍTULO II

2.OBJETIVOS

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Góis define um conjunto de objetivos que orientam a sua atuação e asseguram que a integração da população migrante é promovida de forma estruturada, consistente e baseada em evidência.

Este capítulo apresenta o **objetivo geral** do plano e os **objetivos específicos** que o concretizam.

2.1 Objetivo Geral

Promover a integração plena, digna e sustentável da população migrante no concelho de Góis, assegurando igualdade de oportunidades, acesso equitativo a direitos e serviços, valorização da diversidade cultural e participação ativa na vida social, económica e cívica, contribuindo para a coesão social e para o desenvolvimento local.

2.2 Objetivos Específicos

- Recolher dados demográficos, sociais e económicos através de um questionário estruturado em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol), garantindo acessibilidade e representatividade;
- Caracterizar a população migrante no que respeita a idade, género, nacionalidade, situação laboral, rendimento, escolaridade e condições de vida;
- Mapear a distribuição territorial dos migrantes no concelho e analisar formas de inserção profissional, dificuldades no acesso à habitação e outros constrangimentos;
- Avaliar o acesso da população migrante aos serviços públicos, oportunidades de emprego, participação comunitária e relações sociais;
- Identificar situações de discriminação, exclusão ou desigualdade que afetem diferentes grupos migrantes;
- Produzir um diagnóstico fundamentado que sustente o planeamento e monitorização de políticas municipais de acolhimento, integração e participação social;

2.3. Importância destes objetivos para o concelho de Góis

Face aos desafios demográficos do concelho, nomeadamente a diminuição da população e o envelhecimento progressivo, a chegada de novos residentes assume uma importância crescente.

Neste contexto, a definição clara de objetivos revela-se fundamental para permitir uma abordagem estratégica à integração, apoiar uma população cada vez mais diversa, preparar adequadamente os serviços locais e reforçar a capacidade do município para atrair e fixar novos habitantes.

CAPÍTULO III

3. ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Góis está alinhado com a Agenda 2030 das Nações Unidas e integra vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A integração de migrantes é, por natureza, uma área transversal que depende da articulação entre políticas sociais, educativas, económicas e territoriais. Assim, este plano contribui para diferentes metas internacionais, promovendo uma abordagem sustentável, inclusiva e humanista no concelho.

A seguir apresentam-se os ODS mais diretamente relacionados com o PMIM de Góis, bem como a forma como o plano contribui para cada um deles.

- **ODS 1 – Erradicação da Pobreza:** reduzir a vulnerabilidade socioeconómica dos migrantes e garantir acesso a condições básicas de vida.
- **ODS 3 – Saúde e Bem-Estar:** avaliar o acesso aos serviços de saúde e promover o bem-estar físico e emocional da população migrante.
- **ODS 4 – Educação e Qualidade:** através do acesso à educação formal, à aprendizagem da língua portuguesa e à valorização de competências.
- **ODS 5 – Igualdade de Género:** assegurar que mulheres migrantes têm oportunidades e proteção iguais no acesso a serviços, emprego e participação comunitária.
- **ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico:** promover a integração no mercado de trabalho, o empreendedorismo migrante e a valorização dos recursos humanos locais.
- **ODS 10 – Redução das Desigualdades:** através de políticas que asseguram igualdade de tratamento, combate à discriminação e promoção da inclusão social.
- **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis:** acesso à habitação, serviços públicos, participação comunitária e coesão social.
- **ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes:** reforçar a confiança nas instituições, promovendo informação acessível sobre direitos e mecanismos de proteção e estimular ambientes seguros e inclusivos. Direitos, acesso a serviços públicos, proteção contra discriminação e participação cívica.
- **ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos:** incentivar a colaboração/articulação entre autarquias, escolas, IPSS, serviços sociais e saúde, associações de migrantes, empresas e sociedade civil.

CAPÍTULO IV

4. DIAGNÓSTICO LOCAL

4.1. Posicionamento Geográfico

O concelho de Góis integra a Região Centro de Portugal, situando-se no distrito de Coimbra, na sub-região do Pinhal Interior Norte. Possui uma área territorial de **263,30 km²** e é atravessado pelo rio Ceira, que marca parte da sua identidade paisagística e ambiental.

O território encontra-se delimitado pelas **Serras da Lousã e do Açor**, inserindo-se na denominada **Zona Serrana**, a área mais interiorizada da antiga Beira Litoral. Esta zona representa cerca de **39% da área rural do distrito**, caracterizando-se por elevadas altitudes, encostas acentuadas e declives pronunciados — elementos que moldam historicamente o povoamento, os acessos e a economia local.

4.1.1 Evolução Demográfica (2011–2024)

De acordo com os Censos 2021, o concelho de Góis apresentava **3 811 habitantes**, distribuídos por **1 768 homens** e **2 043 mulheres**. Entre 2011 e 2021, registou-se uma **quebra populacional de 10,5%** (de 4 260 para 3 811 residentes), refletindo a tendência regressiva que caracteriza muitos concelhos do interior português. Paralelamente, o **índice de envelhecimento** aumentou de **310,49 para 455,06 (+46,6%)**, evidenciando o reforço do peso relativo da população idosa.

Contudo, a evolução mais recente sugere uma **mudança de tendência**. Após o declínio observado entre 2011 e 2021, **2023 representou um ponto de inflexão**, ao registar **apenas uma ligeira redução face a 2021 (–0,3%)**, muito inferior às perdas verificadas na década anterior. Em 2024 observou-se mesmo uma recuperação populacional, com um aumento para **3 822 residentes (+0,6%) face a 2023**, reforçando a perceção de estabilização.

Tabela 1 - População Residente

Ano	População Total	Variação
2011	4 260	—
2021	3 811	– 10,5% face a 2011
2023	3 800	– 0,3% face a 2021 (quebra muito atenuada)
2024	3 822	+ 0,6% face a 2023 (retoma do crescimento)

Fonte: Pordata

No que respeita ao envelhecimento populacional, observa-se igualmente um comportamento mais positivo:

Tabela 2 – Índice de Envelhecimento

Ano	Índice de Envelhecimento
2011	310,49
2021	455,06
2023	477,2
2024	470,3 (– 1,5% face a 2023)

Fonte: Pordata

Embora o índice continue elevado, o recuo em 2024 revela um ligeiro alívio na pressão demográfica associada ao envelhecimento, alinhado com o aumento da população ativa e com a chegada de novos residentes estrangeiros.

Apesar do contexto de declínio populacional prolongado, estes indicadores recentes apontam para um quadro de maior estabilidade, associado sobretudo ao crescimento da população estrangeira residente — um fator chave na revitalização social e económica do concelho.

4.1.2 Densidade Populacional nas Freguesias (2011-2021)

O concelho evidencia uma redução de residentes na maioria das freguesias ao longo da última década, fixando-se esse valor, em termos globais, na ordem dos 10,5%.

A freguesia de Alvares sofreu a diminuição mais significativa em termos de população, com uma redução de 15,5%, seguida por Góis com menos 13,7%. A União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal apresentou uma redução de 8%. Apenas a Freguesia de Vila Nova do Ceira registou uma ligeira subida, 0,2%, correspondente a mais dois residentes.

Ao nível de densidade populacional, existe alguma disparidade entre freguesias, destacando-se a freguesia de Vila Nova do Ceira como a mais densamente povoada e a União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal como a menos povoada.

Comparando os dois períodos em análise, podemos verificar que a densidade populacional que em 2011 era de 16,18 habitantes/km², em 2021 passou para 14,47 habitantes/km².

Tabela 3 - População Residente por Freguesia e Densidade Populacional (2011/2021)

Freguesias	Área (km ²)	2011		2021		Variação 2011-2021
		Pop. Resid.	Dens. Pop.	Pop. Resid.	Dens. Pop.	
Alvares	98,66	812	8,07	686	6,82	-15,50%
Góis	73,37	2171	29,79	1874	25,72	-13,70%
UFCC	70,76	348	4,96	320	4,56	-8,00%
VNC	20,93	929	47,16	931	47,26	0,20%
Góis Concelho	263,72	4260	16,18	3811	14,47	-10,50%

Fonte: INE (Censos 2011 e 2021)

4.2. Caracterização da População Migrante (2021-2024)

O crescimento da população estrangeira tem assumido um papel determinante na transformação demográfica do concelho. A evolução é particularmente expressiva:

Tabela 4 – Residentes Estrangeiros

Ano	Residentes Estrangeiros	Variação
2011	92	—
2021	198	+115,2%
2023	328	+65,7% face a 2021

Fonte: Pordata

Em 2021, os estrangeiros representavam **5,2% da população total**, face a **2,4% em 2011 (+116,7%)**. Entre os residentes com estatuto legal contabilizam-se **162 homens e 127 mulheres**, destacando-se a **comunidade do Reino Unido**, com **188 residentes**, como a mais expressiva.

Este crescimento da população migrante tem sido essencial para contrariar a perda populacional, contribuindo para o rejuvenescimento relativo da estrutura demográfica, para a dinamização do mercado habitacional e para o reforço da vitalidade económica e cultural do concelho.

Tabela 5 - Retrato Populacional do Município de Góis

	2011	2021	2023	2024	VR (%) 2011-2021	VR (%) 2021-2023	VR (%) 2023-2024
População residente	4 260	3 811	3800	3 822	-10,5	-0,3	0,6
Pessoas idosas por cada 100 jovens	310,49	455,06	477,2	470,3	46,6	4,9	-1,5
População estrangeira com estatuto legal de residente	92	198	328	–	115,2	65,7	–
População estrangeira (%) da população residente	2,4	5,2	–	–	116,7	–	–

Fonte: Pordata

Nota. VR (%) = Variação relativa em termos percentuais; os valores referem-se ao número de indivíduos de nacionalidade não portuguesa com estatuto legal de residente, segundo registos administrativos do INE (baseados em autorizações/cartões de residência) - dados de periodicidade anual; os valores apresentados para 2023 e 2024 são estimativas (INE, 2024).

4.2.1. Crescimento da População Migrante

Entre 2021 e 2023, o concelho de Góis registou um crescimento expressivo da população estrangeira, passando de 198 para 328 residentes, o que corresponde a um aumento próximo de 66% (cerca de 5,2% da população total em 2021).

Em 2024, a taxa de crescimento migratório de 2,13% reforça esta dinâmica positiva, sugerindo que os processos de atração e fixação de residentes migrantes se tornaram mais visíveis no território (INE, 2024).

Este comportamento local enquadra-se numa tendência mais ampla verificada na Região de Coimbra, onde o número de residentes estrangeiros com estatuto legal aumentou de 11 002 em 2014 para 29 065 em 2023. Esta evolução regional contribui para explicar a aceleração recente observada em Góis e evidencia o peso crescente da migração na transformação demográfica dos municípios do interior (INE, 2024).

O aumento da população migrante tem desempenhado um papel relevante na mitigação do declínio demográfico, particularmente face à redução populacional registada entre 2011 e 2021. Neste período, o número de estrangeiros mais do que duplicou, passando de 92 para 198 residentes, o que revela um acréscimo significativo da capacidade de atração do concelho e constitui um fator potenciador da sua sustentabilidade demográfica a médio prazo (INE, Censos 2011 e 2021).

Para uma melhor perceção territorial, apresenta-se na **Tabela 6** a distribuição da população total e da população estrangeira por freguesia.

Tabela 6 - População Residente por Freguesia do Município de Góis (2021)

	População total residente	População residente de nacionalidade estrangeira	Percentagem da População estrangeira
Alvares	686	29	4,23%
Góis	1874	67	3,57%
União das freguesias de Cadafaz e Colmeal	320	42	13,12%
Vila Nova do Ceira	931	60	6,44%
Fonte: Censos 2021			

Nota. * = União das freguesias. Os valores correspondem à população residente habitual, incluindo pessoas de nacionalidade portuguesa e estrangeira, de acordo com os Censos 2021 (INE). Dados de periodicidade decenal.

Os resultados dos Censos 2021 indicam que a freguesia de Góis se afirma como o principal polo demográfico do concelho, concentrando 1 874 residentes e o maior número absoluto de cidadãos estrangeiros (67). Em oposição, a União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal apresenta a menor população (320 habitantes), destacando-se, contudo, por uma elevada proporção de residentes estrangeiros (13,12%), valor significativamente superior à média municipal. As restantes freguesias apresentam níveis intermédios: Vila Nova do Ceira regista 6,44% de estrangeiros (60 residentes) e Alvares 4,23% (29 residentes). A soma total de 198 residentes estrangeiros confirma a consistência dos valores com o total municipal apurado em 2021.

4.2.2. Escolaridade da População Migrante

No que respeita à estrutura educativa, observa-se uma diferenciação clara entre a população estrangeira e a população total do concelho. Entre os residentes estrangeiros, predomina o ensino **secundário e pós-secundário (36,9%)**, seguido da categoria **sem escolaridade formal (22,2%)** — maioritariamente associada a menores em idade escolar — e do **ensino superior (20,2%)**. Os níveis correspondentes ao ensino básico apresentam menor expressão neste grupo: **3.º ciclo (10,6%)** e **1.º e 2.º ciclos (ambos 5,1%)**.

Na população total residente, o padrão é distinto. O ensino básico **1.º ciclo constitui o nível mais representado (32,3%)**, seguido do ensino **secundário e pós-secundário (18,4%)**. As restantes categorias distribuem-se entre “**Nenhum**” (15,6%), **básico 3.º ciclo (15,1%)**, **básico 2.º ciclo (10,1%)** e, em menor proporção, **o ensino superior (8,5%)**.

Comparação com a População Total Residente:

A comparação entre os dois universos revela uma qualificação relativa superior entre a população estrangeira, que apresenta um peso proporcionalmente maior nos níveis de ensino superior (12,4% dos residentes com esse nível) e ensino secundário (10,4%), contrastando com a reduzida presença no básico 1.º ciclo (0,8%). O perfil educativo dos estrangeiros mostra-se, assim, mais polarizado, com maior representação nos níveis de escolaridade mais elevados e uma concentração adicional no grupo sem escolaridade formal — explicada essencialmente pela presença de menores.

No conjunto global, os estrangeiros representam **5,2% da população residente**, reforçando a importância crescente deste segmento para a **renovação demográfica** e para a **elevação gradual do perfil de qualificação do concelho**.

A **Tabela 7** apresenta detalhadamente a distribuição da população residente (total e estrangeira) por nível de ensino mais elevado concluído, permitindo uma leitura comparativa da estrutura educativa local.

Tabela 7 - População Residente e de Nacionalidade Estrangeira, Segundo o Nível de Ensino Mais Elevado Completo, no Município de Góis

Nível de Ensino Mais Elevado Completo	População total residente	População residente de nacionalidade estrangeira
Nenhum	595 (15,6%)	44 (22,2%)
Ensino básico 1º ciclo	1231 (32,3%)	10 (5,1%)
Ensino básico 2º ciclo	386 (10,1%)	10 (5,1%)
Ensino básico 3º ciclo	574 (15,1%)	21 (10,6%)
Ensino secundário e pós-secundário (Cursos de especialização tecnológica)	702 (18,4%)	73 (36,9%)
Ensino Superior (inclui bacharelato)	323 (8,5%)	40 (20,2%)
Fonte: CENSOS 2021		

A população estrangeira que pediu estatuto de residente é composta por **50 pessoas**, sendo a maioria de origem europeia. O país mais representado é o **Reino Unido, com 19 residentes**. Seguem-se a **Alemanha com 6 pessoas**, a **Grécia e a África do Sul com 4 cada**. A **Bélgica, a Polónia e os Estados Unidos têm 3 residentes cada um**. O **Brasil, a Irlanda, Malta e os Países Baixos contam com 2 residentes cada**.

No total, há mais **homens (29)** do que **mulheres (21)**, o que corresponde a uma razão de masculinidade de cerca de 138. Em alguns países o desequilíbrio é evidente, como é o caso da Bélgica e do Brasil, onde todos os residentes são homens, e da Alemanha, com quatro homens e duas mulheres. Verifica-se equilíbrio entre homens e mulheres na Grécia, na Irlanda, em Malta, nos Países Baixos e na África do Sul. Pelo contrário, na Polónia e nos Estados Unidos há maioria feminina, com duas mulheres e um homem por país.

Tabela 8 - População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente por Nacionalidade e Sexo do Município de Góis

País	N (H-M)	N (H)	N (M)	Razão de masculinidade (H/M ×100)
Bélgica	3	3	0	-
Brasil	2	2	0	-
Alemanha	6	4	2	200
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	19	11	8	137,5
Grécia	4	2	2	100
Irlanda	2	1	1	100
Malta	2	1	1	100
Países Baixos	2	1	1	100
Polónia	3	1	2	50
Estados Unidos da América	3	1	2	50
África do Sul	4	2	2	100
...	...	...	...	...
¹ População estrangeira total	328	182	146	124,56
² População residente total	3800	1789	2011	88,96
³ População não estrangeira	3472	1607	1865	86,16

Nota. H = Homens; M = Mulheres; a listagem acima abrange as nacionalidades mais representadas. Foram incluídos apenas os países com expressão numérica igual ou superior a duas pessoas. 1 = População estrangeira residente. 2 = Inclui estrangeiros e portugueses.

4.2.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Em Portugal, o mercado de trabalho é dominado pelo setor dos serviços e caracteriza-se por uma necessidade recorrente de mão-de-obra nas áreas da construção civil, restauração, agricultura, cuidados e saúde. Para muitas pessoas migrantes, estas oportunidades coexistem com desafios como o reconhecimento de qualificações, exigência de domínio da língua portuguesa e processos de recrutamento apoiados em redes informais. Estes fatores podem levar à subutilização de competências e ao recurso a vínculos laborais temporários.

No caso do Município de Góis, não existe informação específica sobre o mercado de trabalho migrante, pelo que se analisam indicadores gerais que permitem compreender o contexto local. Em 2021, o emprego no concelho era maioritariamente terciário (66,0%). Os setores mais representativos foram educação, saúde e apoio social (19,5%), seguidos da administração pública (16,3%). O comércio representava 10,0%, o alojamento e restauração 4,6%, os transportes/armazenagem e TIC 4,6%, as atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços 7,1%, e outras atividades 3,9%. O setor secundário concentrava 26,0% dos postos de trabalho (indústria/energia/água 15,1%; construção 10,9%) e o setor primário 8,0% (INE, 2021).

Tabela 9 - Distribuição do Emprego por Setores de Atividade no Município de Góis (2021)

Setor de Atividade	Peso no Emprego Total	Subáreas Principais	Valores
Setor Primário	8,0%	Agricultura, silvicultura e pescas	8,0%
Setor Secundário	26,0%	Indústrias, energia e água	15,1%
		Construção civil	10,9%
Setor Terciário	66,0%	Educação, saúde e apoio social	19,5%
		Administração pública	16,3%
		Comércio	10,0%
		Alojamento e restauração	4,6%
		Transportes, armazenagem e TIC	4,6%
		Atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços	7,1%
		Outras atividades	3,9%
Fonte: INE 2021			

Apesar de enfrentarem maiores níveis de precariedade e desemprego, as pessoas migrantes têm vindo a ganhar relevância no trabalho remoto, impulsionado pelo visto destinado a trabalhadores à distância. Este regime, aliado ao custo de vida mais baixo e à qualidade de vida no país, tem atraído profissionais estrangeiros, sobretudo aqueles cujos desempenhos profissionais não depende da localização física.

A Rede Nacional de Espaços de Teletrabalho/Coworking nos Territórios do Interior disponibiliza locais equipados com computadores, impressoras e acesso à internet, integrando diferentes áreas de trabalho, zonas privadas para videochamadas, salas para reuniões e espaços para apresentações ou formação. Estes espaços podem ser utilizados por qualquer cidadão, português ou estrangeiro, em regime de trabalho remoto, seja por conta de outrem ou por conta própria.

Com o objetivo de responder a esta nova realidade laboral, foi criado o **Espaço Municipal de Teletrabalho – Góis Coworking**, integrado na Rede da Região Centro de Espaços de Coworking “*Teletrabalho no Interior. Vida Local, Trabalho Global*”. O espaço é gerido pela Câmara Municipal, que define o calendário, horários e regras de utilização, procedendo também à análise dos pedidos de acesso.

4.2.4. Educação e Língua

A educação e o domínio da língua são elementos centrais no processo de integração da população migrante. À chegada a um novo país, muitas pessoas enfrentam dificuldades decorrentes da barreira linguística, que podem limitar o acesso ao emprego, dificultar a socialização e gerar sentimentos de insegurança ou isolamento.

No sistema educativo, estes desafios tornam-se ainda mais visíveis. Em Portugal, existem mecanismos específicos que asseguram a inclusão social, linguística e cultural de crianças e jovens migrantes. Todos os alunos têm acesso gratuito à escola pública, independentemente da situação documental dos pais, sendo integrados no ensino regular.

A dificuldade na compreensão da língua de instrução pode, no entanto, criar desigualdades no percurso escolar: atrasos na aprendizagem, menor participação em atividades académicas, dificuldades na realização de tarefas e diminuição da autoestima. Em casos mais graves, pode mesmo existir maior risco de abandono escolar.

Apesar destes obstáculos, a educação é uma das principais ferramentas de inclusão, e a aprendizagem da língua portuguesa desempenha um papel estruturante neste processo. Assim, a oferta de **Português Língua de Acolhimento (PLA)** assume particular importância para garantir que as pessoas migrantes desenvolvem competências linguísticas que facilitem a integração social, profissional e comunitária.

Nos últimos anos, o Município de Góis tem promovido iniciativas dirigidas à população migrante adulta, nomeadamente cursos de **Português Língua de Acolhimento**, realizados em parceria com entidades locais e regionais. Estes cursos, gratuitos ou de custo reduzido, destinam-se a pessoas cuja língua materna não é o português, proporcionando um ambiente de aprendizagem ajustado às suas necessidades e ritmos.

4.2.5. Habitação

Em Portugal, o acesso à habitação tem registado pressão crescente, sobretudo nas áreas metropolitanas e regiões turísticas. Embora essa realidade não se verifique com igual intensidade em territórios de menor densidade, como Góis, ainda assim é possível observar impactos no mercado local, nomeadamente no aumento dos preços, na reduzida oferta de arrendamento e na qualidade das habitações disponíveis.

O Município de Góis dispõe de uma **Estratégia Local de Habitação - ELH**, que identifica necessidades e orienta respostas no domínio da reabilitação, apoio ao arrendamento e realojamento de famílias. De acordo com os **Censos 2021**, cerca de 11% dos alojamentos do concelho não possuem sistema de aquecimento, o que evidencia desafios ao nível do conforto térmico. As **Estatísticas de Rendamentos de Habitação ao Nível Local (INE)** permitem acompanhar a evolução do valor mediano €/m² dos

novos contratos de arrendamento, constituindo uma referência relevante para monitorização do mercado local.

No âmbito do **Programa de Apoio ao Alojamento Urgente – Porta de Entrada**, o Município assinou, em 22 de julho, um protocolo com o então Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Este acordo viabiliza apoio financeiro destinado ao alojamento de cidadãos deslocados provenientes da Ucrânia e pessoas com estatuto de refugiado.

O programa tem como objetivo compartilhar despesas relacionadas com habitação, seja através de arrendamento convencional ou alojamento em empreendimentos turísticos, independentemente da condição económica dos beneficiários. Os apoios podem ser atribuídos para arrendamento parcial ou total de imóveis, variando de acordo com a área disponibilizada. O financiamento é assegurado pelo IHRU e pode ser transferido diretamente para os agregados familiares ou, quando aplicável, para o proprietário do imóvel arrendado.

Ao abrigo do programa **Porta de Entrada**, o Município de Góis realojou **5 agregados familiares**, totalizando **19 cidadãos deslocados da Ucrânia**, garantindo resposta habitacional em regime de arrendamento.

4.2.6. Saúde

O acesso dos migrantes aos cuidados de saúde em Portugal é garantido pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da nacionalidade ou do estatuto legal. A legislação portuguesa reconhece a saúde como um direito universal, assegurando que nenhuma pessoa pode ser excluída dos cuidados essenciais. Assim, os migrantes em situação regular, com autorização de residência, têm acesso pleno aos serviços de saúde, nas mesmas condições que os cidadãos nacionais, podendo inscrever-se no Centro de Saúde da área de residência.

No que respeita às crianças migrantes, a tutela da saúde infantil é assegurada mesmo quando os pais se encontram em situação documental irregular. A legislação garante acesso a vacinação gratuita, vigilância de saúde e acompanhamento pediátrico. Refugiados e requerentes de asilo beneficiam igualmente de acesso integral ao SNS, frequentemente com isenção de taxas moderadoras e apoio institucional em processos de orientação e acompanhamento clínico.

No concelho de Góis, o Centro de Saúde constitui a principal unidade de prestação de cuidados primários, assegurando serviços de medicina geral e familiar, enfermagem, vacinação e consultas de acompanhamento. Para além da unidade principal, existe uma extensão de saúde na freguesia de Alvares, que procura garantir maior proximidade aos residentes desta área territorial mais afastada.

Apesar das garantias legais, persistem desafios que afetam de forma particular a população migrante. A barreira linguística é um dos principais entraves ao acesso eficaz aos serviços. A compreensão de indicações médicas e administrativas torna-se, muitas vezes, limitada, podendo dificultar o acompanhamento terapêutico ou o agendamento de consultas. Paralelamente, diferenças culturais e níveis distintos de literacia em saúde influenciam a forma como a informação é recebida e interpretada. Para alguns migrantes, o funcionamento do SNS pode ser substancialmente diferente do sistema de saúde dos seus países de origem, gerando dúvidas

quanto à marcação de consultas, ao papel do médico de família, às taxas moderadoras ou aos procedimentos para referência hospitalar.

Assim, ainda que o quadro legal português favoreça o acesso universal, a integração plena nos cuidados de saúde exige estratégias complementares que promovam comunicação eficaz, mediação intercultural e literacia em saúde, contribuindo para um uso mais autónomo e seguro dos serviços pela população migrante residente em Góis.

Síntese:

- Góis apresenta um declínio populacional continuado, típico de territórios rurais do interior;
- O envelhecimento populacional é acentuado, embora haja sinais recentes de estabilização;
- A população estrangeira tem crescido de forma muito expressiva, contribuindo para mitigar a perda de habitantes e para dinamizar o território;
- As freguesias revelam densidades populacionais muito baixas, com exceção de Vila Nova do Ceira, que se mantém mais estável.

Este diagnóstico demográfico reforça a importância estratégica das políticas de **acolhimento e integração de migrantes** como forma de revitalização sustentável do concelho

CAPÍTULO V

5. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO À POPULAÇÃO MIGRANTE

O acolhimento e a integração de migrantes são fundamentais para garantir a sua inclusão plena na sociedade, contribuindo para comunidades mais coesas, resilientes e prósperas (Comissão Europeia, 2020b). Em Góis, existe um investimento contínuo na criação de serviços que apoiam este processo, alinhado com as orientações nacionais.

5.1. CLAIM – Centro Local de Acolhimento e Integração de Migrantes de Góis

O CLAIM de Góis é um espaço de apoio e informação dedicado a pessoas migrantes, integrado na rede nacional de atendimento ao imigrante. O seu objetivo é responder de forma próxima e articulada às necessidades de quem chega ao concelho.

Estes centros resultam de parcerias entre o Município e o então Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), atualmente integrado na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), criada em 2023. A partir do trabalho conjunto com várias entidades locais e nacionais, o CLAIM garante um atendimento integrado e promotor de interculturalidade.

O CLAIM de Góis foi inaugurado em 20 de julho de 2022 e presta apoio em áreas como:

- regularização documental e nacionalidade;
- reagrupamento familiar;
- habitação e retorno voluntário;
- emprego e formação;
- saúde e educação;
- outras necessidades do quotidiano.

A missão principal do CLAIM é acompanhar todo o processo de acolhimento e integração dos migrantes, garantindo uma resposta próxima, rápida e eficiente.

5.2. Acolhimento aos Cidadãos Deslocados da Ucrânia

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado a 24 de fevereiro de 2022, gerou uma crise humanitária com impacto em vários países europeus. Em resposta, o Município de Góis, em articulação com o ACM/AIMA e outras entidades, estruturou uma resposta de apoio a cidadãos ucranianos deslocados.

Numa primeira fase foi criado um centro de acolhimento temporário com capacidade para 12 pessoas. Posteriormente, mais duas famílias foram alojadas em casas cedidas por particulares, totalizando 8 pessoas. Além disso, um cidadão chegou com reserva própria em complexo turístico e, mais tarde, recebeu três familiares, passando o grupo a contar com 4 pessoas.

No total, foram acolhidos 10 agregados familiares, num total de 28 cidadãos ucranianos.

5.2.1 – Programa Porta de Entrada

- O **Porta de Entrada (DL n.º 29/2018)** integra a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), com objetivo de apoiar pessoas/famílias em grave carência habitacional.
- Funciona em conjunto com o **1.º Direito**, garantindo uma bolsa dinâmica de alojamentos.
- Abrange situações de **alojamento urgente**, incluindo catástrofes naturais, movimentos migratórios ou risco de perda de habitação.
- Baseia-se em Protocolos de Cooperação Institucional entre o **IHRU**, o Município e a **AIMA**.

5.3. Acolhimento de família com Estatuto de Refugiado

Em 2019 o município de Góis acolheu um agregado familiar no âmbito programa nacional de reinstalação, acolhimento e integração de pessoas refugiadas em Portugal. O município reafirmou o seu compromisso com a solidariedade, os direitos humanos e a construção de uma comunidade inclusiva.

A família foi integrada através de um processo estruturado que incluiu suporte habitacional, acompanhamento social, acesso à educação, cuidados de saúde, aprendizagem da língua portuguesa e integração comunitária. Em articulação com entidades locais, escolas, serviços de saúde, instituições sociais e a comunidade em geral.

5.4. Lavadouros com Alma – Festival Intercultural

O **Festival Intercultural "Lavadouros com Alma"**, realizado em 2024, pretende valorizar os lavadouros tradicionais como espaços de convivência e aproximar a comunidade local e a população migrante.

Através de oficinas e atividades de artes, música, gastronomia e convívio, promove-se a interculturalidade, o diálogo e o sentimento de pertença. Este projeto decorre de forma descentralizada, sendo selecionada uma localidade do concelho em cada edição. As iniciativas tiveram elevada participação e contribuíram para o fortalecimento comunitário.

CAPÍTULO VI

6. INQUÉRITO À COMUNIDADE MIGRANTE

6.1 Análise dos dados

A análise dos dados seguiu uma abordagem metodológica integrada, articulando fontes primárias e secundárias. Os dados quantitativos primários, recolhidos através do inquérito aplicado à população imigrante residente no concelho de Góis, permitiram traçar um perfil demográfico e socioeconómico detalhado desta comunidade. Em complemento, a análise documental proporcionou uma leitura contextualizada das políticas públicas locais e das dinâmicas migratórias em curso.

6.2 Metodologia

A elaboração do PMIM de Góis assentou numa abordagem metodológica de natureza quantitativa, centrada na aplicação de um questionário estruturado. Este instrumento foi concebido com o propósito de assegurar uma recolha de informação ampla, rigorosa e representativa da realidade migrante no concelho, permitindo identificar necessidades, dificuldades, oportunidades e dinâmicas de integração em diferentes áreas de vida.

- Promover políticas assentes nos princípios de igualdade, justiça social e valorização da diversidade, contribuindo para uma comunidade mais coesa, inclusiva e reconhecadora do contributo das pessoas migrantes para o desenvolvimento local;
- Definir e implementar políticas de base locais para a integração de migrantes no território, enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais;

6.3 Instrumentos de Recolha de Dados

a) Questionário estruturado

O principal instrumento de recolha foi um questionário dirigido a pessoas migrantes residentes no concelho.

- O instrumento de recolha de dados foi disponibilizado em **quatro idiomas** — português, inglês, francês e espanhol — assegurando a adequação linguística aos participantes. Esta opção metodológica permitiu minimizar barreiras comunicacionais, aumentar a taxa de participação e reforçar a fiabilidade, validade e precisão da informação recolhida, ao garantir o preenchimento num registo linguístico compreensível para os respondentes.
- Foi possível responder em formato **digital** (*LimeSurvey*) ou **papel**, assegurando participação de quem tem acesso limitado à internet.

Para reforçar a robustez dos resultados, foram igualmente mobilizados dados secundários oficiais e administrativos, nomeadamente os Censos de 2011 e 2021 do INE e as estatísticas recentes da AIMA, 2023/2024. A combinação destas fontes permitiu comparar tendências temporais e identificar pontos de convergência e discrepância entre indicadores demográficos, sociais e territoriais.

6.4 Procedimentos Éticos e Disseminação do Inquérito

Antes da recolha de dados, o estudo obteve parecer favorável da Comissão de Ética do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), assegurando o cumprimento rigoroso dos princípios éticos e deontológicos da investigação científica. O anonimato dos/as participantes foi garantido em todas as fases do processo e o acesso às respostas ficou restrito à equipa de investigação.

Para assegurar uma disseminação ampla e equitativa, cada município designou um representante contactado pela CIM-Região de Coimbra, responsável por divulgar o questionário junto das comunidades migrantes e entidades parceiras. Durante a aplicação do inquérito, estes contactos municipais foram atualizados de forma regular sobre o número de questionários submetidos online, permitindo monitorizar a participação e incentivar a adesão.

Foram produzidos cartazes informativos e materiais visuais adaptados ao público-alvo. O questionário esteve disponível em duas modalidades complementares:

- **Versão digital**, através da plataforma LimeSurvey, acessível por computador ou dispositivos móveis;
- **Versão em papel**, direcionada para contextos com acesso limitado ou inexistente à internet, garantindo a inclusão de todos os perfis de participantes.

A divulgação fez uso de links diretos e QR Codes, partilhados pelas autarquias, associações locais, centros de apoio e diversos equipamentos públicos. O envolvimento das equipas municipais e dos parceiros institucionais foi determinante para assegurar uma cobertura territorial ampla e um alcance significativo junto da população migrante.

6.5 Caracterização Sociodemográfica da Amostra

O estudo integrou 40 participantes, recolhendo informação relativa ao sexo, idade, estado civil, escolaridade, nacionalidade e religião, com o objetivo de traçar um perfil sociodemográfico preciso da população imigrante residente no concelho de Góis.

Quanto ao sexo, observa-se uma predominância feminina, representando 60,0% dos inquiridos ($n = 24$), ao passo que 40,0% correspondem ao sexo masculino ($n = 16$).

A idade dos participantes variou entre 30 e 85 anos, com uma média de 58,1 anos ($DP = 14,1$), o que indica uma amostra maioritariamente composta por adultos e seniores. No que respeita ao estado civil, metade dos respondentes declarou ser casada/o ($n = 20$; 50,0%), seguindo-se os solteiros/as ($n = 10$; 25,0%), divorciados/as ($n = 9$; 22,5%) e viúvos/as ($n = 1$; 2,5%).

No domínio da escolaridade, verifica-se um nível formativo globalmente elevado, ainda que heterogéneo. Destacam-se os participantes com Licenciatura/Bacharelato ($n = 19$; 47,5%) e Ensino Secundário ($n = 17$; 42,5%). Em menor proporção surgem indivíduos com formação técnico-profissional ($n = 2$; 5,0%), Mestrado ($n = 1$; 2,5%) e Ensino Primário ou sem escolaridade ($n = 1$; 2,5%). Este perfil revela um capital educativo expressivo, potencialmente relevante para a integração socio laboral no território.

Relativamente à nacionalidade, a amostra evidencia elevada diversidade geográfica, com uma forte presença de migrantes oriundos do Reino Unido (n = 18; 45,0%). Seguem-se Alemanha (n = 4; 10,0%), Ucrânia (n = 3; 7,5%) e Brasil (n = 3; 7,5%), enquanto África do Sul, Estados Unidos da América e França surgem com igual representação (n = 2 cada; 5,0%). Angola, Bélgica, Holanda, Namíbia, Paquistão e Polónia estão representadas por um participante cada (n = 1; 2,5%). O conjunto evidencia uma comunidade multicultural, maioritariamente europeia e com expressiva componente anglófona.

No que concerne à religião ou crença espiritual, observa-se que mais de metade dos participantes se identifica como sem religião (n = 21; 52,5%). Seguem-se os que preferiram não responder (n = 8; 20,0%), os Protestantes Evangélicos (n = 5; 12,5%) e, em representação minoritária, Católicos, Ortodoxos e outras crenças (n = 2 cada; 5,0%).

De forma global, a amostra caracteriza-se por ser maioritariamente feminina, adulta e com níveis de escolaridade elevados, apresentando diversidade nacional e cultural significativa e uma tendência predominante para a não filiação religiosa. Este enquadramento oferece uma base sólida para a compreensão dos percursos migratórios e das necessidades específicas desta população no contexto local.

Tabela 10 – Caracterização Sociodemográfica da Amostra

Variável	Categoria	n	%
Sexo	Feminino	24	60,0%
	Masculino	16	40,0%
Idade	Mín./Máx.	30–85 anos	–
	Média (DP)	58,1 (±14,1)	–
Estado Civil	Casado/a	20	50,0%
	Solteiro/a	10	25,0%
	Divorciado/a	9	22,5%
	Viúvo/a	1	2,5%
Escolaridade	Licenciatura/Bacharelato	19	47,5%
	Ensino Secundário	17	42,5%
	Técnico-profissional	2	5,0%
	Mestrado	1	2,5%
	Primário/sem escolaridade	1	2,5%
Nacionalidade	Reino Unido	18	45,0%
	Alemanha	4	10,0%
	Ucrânia	3	7,5%
	Brasil	3	7,5%
	África do Sul	2	5,0%
	EUA	2	5,0%
	França	2	5,0%
	Angola, Bélgica, Holanda, Namíbia, Paquistão, Polónia	1 cada	2,5% cada
Religião/Crença	Sem religião	21	52,5%
	Prefere não responder	8	20,0%
	Protestante evangélica	5	12,5%
	Católica	2	5,0%
	Ortodoxa	2	5,0%
	Outras	2	5,0%

6.6. Abrangência Territorial

O instrumento foi desenhado para recolher informação quantitativa robusta, comparável e estatisticamente tratável, garantindo cobertura territorial equilibrada no conjunto dos municípios da Região de Coimbra. Esta opção metodológica permite:

- Análise aprofundada e localizada da realidade migrante em Góis;
- Comparação intermunicipal e identificação de dinâmicas comuns e específicas.

A metodologia adotada permitiu, assim, sustentar o plano em evidência empírica, assegurando que as ações propostas assentam em necessidades reais e perceções expressas pela comunidade migrante.

6.7. Dimensões de Análise

O questionário contemplou um conjunto abrangente de dimensões consideradas essenciais ao processo de integração. A sua estrutura procurou recolher dados objetivos, mas também perceções subjetivas, oferecendo uma visão completa e contextualizada da experiência migrante. Entre os principais domínios analisados destacam-se:

6.7.1. Trajeto Migratório

Incluiu questões relativas ao tempo de residência em território nacional, os motivos da deslocação, o tipo de documentação obtida, a situação jurídico-administrativa atual e a eventual intenção de requerer nacionalidade portuguesa, quando e se, estirem reunidos os requisitos necessários.

A Tabela 12 apresenta os dados relativos ao tempo de residência dos participantes em Portugal. Globalmente, a maior parte reside no país **há mais de 7 anos (35,0%)**, sendo esta permanência particularmente frequente entre as **mulheres (45,8%)**. Entre os **homens (18,8%)**, esta categoria apresenta menor expressão.

Os homens encontram-se mais representados nas estadias de **5 a 7 anos (37,5%)** e de **6 meses a 1 ano (18,8%)**, sugerindo processos migratórios mais recentes. Já as mulheres concentram-se sobretudo nos períodos de residência mais longos (superiores a 3 anos), o que indica maior estabilidade e permanência no país.

Estas diferenças podem refletir padrões migratórios distintos entre sexos: trajetórias mais consolidadas entre as mulheres e fases iniciais de adaptação mais comuns entre os homens.

Tabela 11 – Tempo de Residência em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
6 Meses a 1 ano	0 (0,0%)	3 (18,8%)	3 (7,5%)
De 1 a 3 anos	6 (25,0%)	2 (12,5%)	8 (20,0%)
De 3 a 5 anos	5 (20,8%)	2 (12,5%)	7 (17,5%)
De 5 a 7 anos	2 (8,3%)	6 (37,5%)	8 (20,0%)
Mais de 7 anos	11 (45,8%)	3 (18,8%)	14 (35,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 12 apresenta os motivos que levaram os participantes a emigrar para Portugal. De forma global, observa-se que as principais razões apontadas foram a **procura de melhores condições de vida (45,0%)** e um conjunto de **outras motivações diversas (45,0%)**, que, em conjunto, abrangem praticamente toda a amostra.

No que diz respeito às diferenças por sexo, mulheres e homens evidenciam padrões semelhantes no que toca à procura de melhores condições de vida. Contudo, as **mulheres apresentam uma expressão ligeiramente superior nas motivações diversas (50,0% face a 37,5%)**, sugerindo percursos migratórios mais heterogéneos.

Já os **motivos de natureza política, religiosa ou humanitária** foram referidos sobretudo pelos **homens (12,5%)**, o que poderá indicar trajetórias migratórias associadas a contextos de maior vulnerabilidade. Em contraste, a **reunião familiar** teve uma expressão mínima, sendo mencionada apenas por um participante do sexo masculino.

No seu conjunto, estes dados revelam uma migração predominantemente orientada pela procura de bem-estar e qualidade de vida, coexistindo com um conjunto de motivações mais específicas entre determinados grupos da amostra.

Tabela 12 – Razão da Saída do País de Origem

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Procura de melhores condições de vida	11 (45,8%)	7 (43,8%)	18 (45,0%)
Acompanhar/reunir-se à família	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Motivos políticos/religiosos/humanitários/saúde	1 (4,2%)	2 (12,5%)	3 (7,5%)
Outra (s)	12 (50,0%)	6 (37,5%)	18 (45,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 13 apresenta os tipos de visto ou documentos utilizados pelos participantes aquando da sua entrada em Portugal. De forma geral, verifica-se que a maior parte dos inquiridos **(42,5%)** chegou ao país com **“outro tipo de visto ou documento”**, evidenciando uma diversidade considerável nas condições de entrada e sugerindo percursos administrativos variados.

As **mulheres destacam-se pela maior utilização de vistos de curta duração válidos para Portugal (33,3%)**, enquanto entre os **homens é mais frequente a entrada com vistos Schengen (25,0%)**. Apenas uma pequena proporção dos participantes referiu ter entrado com **visto de trabalho** ou **visto de residência CPLP** (2,5% cada), indicando que a chegada a Portugal se realizou predominantemente através de vias não diretamente associadas a processos laborais formais.

Esta distribuição reforça a existência de **trajetórias migratórias heterogéneas**, marcadas sobretudo por mobilidade baseada em **vistos temporários, autorizações pontuais** ou **documentos alternativos**, espelhando a diversidade de contextos administrativos que caracterizam a experiência migratória na região.

Tabela 13 - Documentação Para a Entrada em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Visto uniforme (Schengen)	3 (12,5%)	4 (25,0%)	7 (17,5%)
Visto de curta duração (válido para Portugal)	8 (33,3%)	1 (6,3%)	9 (22,5%)
Visto de turista (visto de curta duração)	3 (12,5%)	2 (12,5%)	5 (12,5%)
Visto de trabalho	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Visto de residência CPLP	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Outro tipo de visto/documento	10 (41,7%)	7 (43,8%)	17 (42,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 14 apresenta a situação documental dos participantes relativamente à sua permanência em Portugal. Os dados revelam que a **grande maioria (67,5%)** possui **autorização de residência**, sendo esta condição mais frequente entre as **mulheres (75,0%)** do que entre os **homens (56,3%)**.

Uma proporção menor encontra-se detentora de **vistos temporários (7,5%)** ou com **processos em resolução na AIMA (7,5%)**, o que evidencia alguns casos de instabilidade ou indefinição documental.

É ainda relevante notar que **10,0%** dos inquiridos referem estar em **outras situações**, mais prevalentes no grupo masculino (18,8%). Esta categoria pode refletir percursos migratórios mais irregulares, complexos ou em fase de transição.

Por fim, apenas **2,5%** dos participantes afirmam aguardar regularização ao abrigo da **nova medida destinada a contribuintes da Segurança Social**, sugerindo que o impacto desta política ainda é limitado no universo analisado.

De forma global, o conjunto destes dados aponta para um cenário maioritariamente estável em termos de residência, coexistindo com situações de maior precariedade documental que afetam uma minoria da amostra.

Tabela 14 – Atual Estatuto de Permanência em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Possuo autorização de residência	18 (75,0%)	9 (56,3%)	27 (67,5%)
Possuo autorização de residência CPLP	1 (4,2%)	1 (6,3%)	2 (5,0%)
Possuo visto de estada temporária	2 (8,3%)	1 (6,3%)	3 (7,5%)
Processo em resolução na AIMA	2 (8,3%)	1 (6,3%)	3 (7,5%)
Aguardo regularização através da nova medida para contribuintes da Segurança Social (entrada em vigor em janeiro 2025)	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Outras situações	1 (4,2%)	3 (18,8%)	4 (10,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 15 apresenta a situação dos participantes relativamente à posse ou intenção de aquisição da nacionalidade portuguesa. De forma geral, observa-se que **mais de metade da amostra (55,0%)** não possui, mas **pretende obter** a nacionalidade portuguesa, registando-se uma ligeira predominância entre as **mulheres (58,3%)**.

Por outro lado, **42,5%** dos participantes referem **não ter intenção** de adquirir a nacionalidade, refletindo diferentes perspetivas de integração, estabilidade e projetos migratórios. Apenas **2,5%**

dos inquiridos já possuem nacionalidade portuguesa, evidenciando que a grande maioria ainda se encontra em processo de integração formal no país.

Este conjunto de resultados permite identificar uma tendência marcada para a futura regularização plena, coexistindo com uma parcela significativa de indivíduos que opta por manter a nacionalidade de origem.

Tabela 15 – Condição e Intenção de Obtenção da Nacionalidade Portuguesa

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim, já tenho	1 (4,2%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Não tenho e pretendo obtê-la	14 (58,3%)	8 (50,0%)	22 (55,0%)
Não tenho e não pretendo obtê-la	9 (37,5%)	8 (50,0%)	17 (42,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 16 apresenta os motivos que levaram os participantes a escolher a região onde atualmente residem em Portugal. De forma geral, observa-se que o **gosto pelas características da região** constitui a principal razão apontada, abrangendo **40,0%** da amostra e destacando-se sobretudo entre as **mulheres (45,8%)**.

A **proximidade de familiares ou amigos**, referida por **27,5%** dos participantes, revela a importância das redes de apoio social no processo de fixação territorial. Em contraste, os motivos de natureza económica — como oportunidades de trabalho, condições de habitação ou custo de vida — surgem com menor expressão.

Importa ainda salientar que uma proporção significativa de **homens (37,5%)** indicou “**outras razões**”, o que poderá traduzir motivações mais diversas, pessoais ou contextuais, não capturadas pelas categorias tradicionais de resposta.

Em conjunto, os dados sugerem que a escolha do local de residência resulta sobretudo de preferências pessoais e vínculos sociais, coexistindo com fatores individuais variados entre determinados grupos.

Tabela 16 – Condição e Intenção de Obtenção da Nacionalidade Portuguesa

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Porque tenho familiares ou amigos aqui	7 (29,2%)	4 (25,0%)	11 (27,5%)
É mais fácil arranjar trabalho aqui	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Preços mais baixos da habitação	2 (8,3%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)
O custo de vida é mais acessível	2 (8,3%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)
Gosto das características da região (clima, paisagem, ambiente)	11 (45,8%)	5 (31,3%)	16 (40,0%)
Outro	2 (8,3%)	6 (37,5%)	8 (20,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 17 apresenta as condições em que os participantes chegaram a Portugal, revelando diferenças relevantes entre mulheres e homens. A maioria das **mulheres (66,7%)** refere ter chegado **acompanhada por familiares**, ao passo que entre os **homens** predomina a chegada **sozinho (56,3%)**.

Um número menor de participantes contou com **apoio de amigos, organizações ou outras pessoas**, sendo esta forma de chegada mais expressiva entre os **homens (31,3%)** do que entre as **mulheres**

(8,3%). Adicionalmente, uma parte das mulheres (8,3%) assinalou **outras formas de chegada**, não especificadas.

No conjunto, estes dados evidenciam diferenças significativas nos processos de chegada entre sexos, refletindo **redes de apoio distintas e estratégias migratórias diferenciadas**, que moldam as primeiras etapas do percurso de integração em Portugal.

Tabela 17 – Condições de Chegada a Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sozinho/a	5 (20,8%)	9 (56,3%)	14 (35,0%)
Com familiares	16 (66,7%)	7 (43,8%)	23 (57,5%)
Com apoio de amigos, organizações ou outras pessoas	2 (8,3%)	5 (31,3%)	7 (17,5%)
Outro	2 (8,3%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A Tabela 18 apresenta a intenção dos participantes de trazer para Portugal familiares ou amigos que permanecem no país de origem. De forma geral, a maioria dos inquiridos, independentemente do sexo, refere **não ter intenção** de promover o reagrupamento familiar.

Ainda assim, observa-se que a intenção de trazer alguém é **ligeiramente mais comum entre as mulheres (16,7%)** do que entre os **homens (12,5%)**, revelando diferenças moderadas nas expectativas e dinâmicas de mobilidade familiar.

Estes resultados apontam para uma tendência geral de estabilização individual no país de acolhimento, com um número reduzido de participantes a perspetivar a vinda de familiares ou pessoas próximas.

Tabela 18 – Intenção de Reagrupamento Familiar em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim	4 (16,7%)	2 (12,5%)	6 (15,0%)
Não	20 (83,3%)	14 (87,5%)	34 (85,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

Síntese:

- permanência maioritariamente prolongada e estável em Portugal;
- motivações de migração centradas na procura de melhores condições de vida;
- diversidade documental na entrada e regularização predominantemente já consolidada;
- intenção futura de aquisição de nacionalidade portuguesa pela maioria;

- diferenças de género nas dinâmicas migratórias, especialmente no modo de chegada e tempo de residência;
- escolha do local influenciada mais por fatores subjetivos e redes sociais do que por razões económicas;
- intenção limitada de reagrupamento familiar, embora não negligenciável.

Estes resultados revelam migrações com perfis heterogéneos, estáveis e orientados para integração prolongada, especialmente no caso das mulheres.

6.7.2. Redes de apoio e condições de integração

Foram identificados os suportes formais e informais de que os migrantes dispõem, as dificuldades enfrentadas no quotidiano, bem como a perceção de acolhimento pela comunidade local. Esta secção permitiu compreender a integração para além de indicadores objetivos, captando dimensões sociais e emocionais.

A Tabela 19 apresenta a situação relativa ao **apoio recebido pelos participantes desde a sua chegada a Portugal**. De forma geral, a **maioria dos sujeitos, independentemente do sexo, refere não ter recebido apoio** durante este período inicial de integração.

Entre os participantes que efetivamente receberam algum tipo de apoio, a proporção é **ligeiramente semelhante entre mulheres (33,3%) e homens (31,3%)**, indicando uma distribuição equilibrada do suporte prestado quando este ocorreu.

Estes dados evidenciam que, apesar de existir algum apoio disponível, **uma parte significativa da população migrante inquirida inicia a sua trajetória em Portugal sem recursos de suporte formal ou informal**.

Tabela 19 – Apoio Recebido Desde a Chegada a Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim	8 (33,3%)	5 (31,3%)	13 (32,5%)
Não	16 (66,7%)	11 (68,7%)	27 (67,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 20 apresenta as principais dificuldades relatadas pelos participantes na sua integração em Portugal. Os dados indicam que os **desafios linguísticos**, nomeadamente **falar e entender português**, foram os mais referidos, afetando **62,5% das mulheres** e **68,8% dos homens**.

O **acesso à saúde** constituiu outro obstáculo significativo, indicado por **58,3% das mulheres** e **43,8% dos homens**. Paralelamente, o uso de **serviços online para migrantes**, como o Portal AIMA, também representa uma dificuldade relevante, assinalada por **45,8% das mulheres** e **31,3% dos homens**.

Outras dificuldades, incluindo questões relacionadas com **trabalho, diferenças culturais ou reconhecimento de estudos**, surgem com menor frequência.

Estes resultados evidenciam que **as barreiras linguísticas e o acesso a serviços essenciais** são os principais obstáculos à integração dos migrantes no município, com diferenças moderadas na experiência entre sexos.

Tabela 20 – Dificuldades Enfrentadas em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Nenhuma dificuldade	0 (0,0%)	2 (12,5%)	2 (5,0%)
Falar e entender português	15 (62,5%)	11 (68,8%)	26 (65,0%)
Usar serviços online para imigrantes (ex.: AIMA)	11 (45,8%)	5 (31,3%)	16 (40,0%)
Entender regras para viver/trabalhar em Portugal	7 (29,2%)	4 (25,0%)	11 (27,5%)
Acesso à saúde	14 (58,3%)	7 (43,8%)	21 (52,5%)
Trabalho (encontrar emprego ou trabalhar na minha área)	4 (16,7%)	2 (12,5%)	6 (15,0%)
Reconhecimento de estudos/cursos do estrangeiro	3 (12,5%)	1 (6,3%)	4 (10,0%)
Diferenças culturais	4 (16,7%)	1 (6,3%)	5 (12,5%)
Casa para viver (preço ou disponibilidade)	1 (4,2%)	1 (6,3%)	2 (5,0%)
Ser tratado/a mal por causa da minha origem, cor, religião, sotaque, etc. (incluindo online)	6 (25,0%)	1 (6,3%)	7 (17,5%)
Outro	3 (12,5%)	0 (0,0%)	3 (7,5%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna pode exceder 100%.

A Tabela 21 apresenta os aspetos considerados pelos participantes como essenciais para uma integração bem-sucedida em Portugal. A **habilidade de comunicar em português** é destacada como a prioridade mais importante, assinalada por **79,2% das mulheres e 81,3% dos homens**.

Segue-se o **acesso a cuidados de saúde**, indicado por **66,7% das mulheres e 56,3% dos homens**, e a **disponibilidade de habitação** adequada, referida por **58,3% das mulheres e 50,0% dos homens**.

Manter **relações sociais** é também relevante, tanto com **portugueses (54,2% mulheres; 56,3% homens)** como com **pessoas da mesma nacionalidade (16,7% mulheres; 6,3% homens)**.

Estes resultados sugerem que a **inclusão linguística, a segurança habitacional e o acesso a serviços essenciais** constituem fatores centrais para o bem-estar e integração dos migrantes, existindo pequenas diferenças de prioridade entre sexos.

Tabela 21 – Aspetos Considerados Importantes para a Integração em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Comunicar em português	19 (79,2%)	13 (81,3%)	32 (80,0%)
Ter trabalho	6 (25,0%)	2 (12,5%)	8 (20,0%)
Ter casa para viver (comprada ou arrendada)	14 (58,3%)	8 (50,0%)	22 (55,0%)
Ter acesso a cuidados de saúde	16 (66,7%)	9 (56,3%)	25 (62,5%)
Ter os/as filhos/as na escola	5 (20,8%)	1 (6,3%)	6 (15,0%)
Estar junto da família	6 (25,0%)	2 (12,5%)	8 (20,0%)
Ter amigos/as portugueses	13 (54,2%)	9 (56,3%)	22 (55,0%)
Ter amigos/as da sua nacionalidade ou cultura	4 (16,7%)	1 (6,3%)	5 (12,5%)
Ser tratado/a de forma justa, sem ser maltratado/a ou rejeitado/a por causa da sua cor de pele, origem, religião, língua ou outra razão	10 (41,7%)	4 (25,0%)	14 (35,0%)
Participar em atividades da comunidade	9 (37,5%)	5 (31,3%)	14 (35,0%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

Síntese:

- Grande parte dos migrantes inicia o percurso em Portugal com pouco ou nenhum apoio;
- As dificuldades mais marcantes relacionam-se com a língua, o acesso à saúde e o uso de serviços digitais;
- A integração plena depende sobretudo da inclusão linguística, da segurança habitacional e do acesso a serviços essenciais, reforçada por redes de sociabilidade e suporte comunitário.

No conjunto, estes resultados indicam que a integração ocorre num contexto de resiliência e procura ativa por recursos, onde a capacidade de comunicação e o acesso a serviços públicos ocupam lugar central no processo de estabilização dos migrantes no território.

6.7.3. Habitação e acesso à saúde

Esta área procurou caracterizar as **condições habitacionais**, avaliando a estabilidade e a qualidade do alojamento; o **acesso aos serviços de saúde**, identificando os tipos de respostas e serviços utilizados; e a **existência de barreiras linguísticas ou administrativas** que possam dificultar o acesso a cuidados médicos.

A Tabela 22 apresenta a situação habitacional dos participantes do estudo. Observa-se que a **maioria das mulheres (70,8%)** reside em **casa própria**, enquanto entre os **homens** a distribuição é mais equilibrada, com **37,5% em casa própria** e **37,5% em casa arrendada**.

Uma pequena proporção dos participantes vive com familiares (**12,5% mulheres; 12,5% homens**) ou com amigos (**0,0% mulheres; 12,5% homens**).

Estes dados indicam que, apesar da predominância de habitação própria, existem **diferenças notáveis no tipo de habitação entre sexos**, possivelmente associadas à situação económica individual ou ao tempo de residência em Portugal.

Tabela 22 - Espaço Habitacional dos/as Participantes

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Casa própria	17 (70,8%)	6 (37,5%)	23 (57,5%)
Casa de familiares	3 (12,5%)	2 (12,5%)	5 (12,5%)
Casa arrendada	4 (16,7%)	6 (37,5%)	10 (25,0%)
Casa de amigos	0 (0,0%)	2 (12,5%)	2 (5,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 23 apresenta a avaliação da qualidade das habitações pelos participantes. De forma geral, a perceção das condições habitacionais é **predominantemente positiva**, com muitos participantes a considerarem-nas **muito boas (37,5% das mulheres; 50,0% dos homens)** ou **boas (37,5% em ambos os sexos)**.

Uma proporção menor considerou as condições **razoáveis (20,8% das mulheres; 12,5% dos homens)** e apenas uma participante do sexo feminino avaliou a habitação como **má**.

Estes resultados sugerem que a **maioria dos inquiridos está satisfeita com as suas condições habitacionais**, embora existam diferenças na perceção de excelência entre mulheres e homens.

Tabela 23 – Avaliação das Condições Habitacionais

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Muito boas	9 (37,5%)	8 (50,0%)	17 (42,5%)
Boas	9 (37,5%)	6 (37,5%)	15 (37,5%)
Razoáveis	5 (20,8%)	2 (12,5%)	7 (17,5%)
Más	1 (4,2%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 24 apresenta as dificuldades relatadas pelos participantes na procura de habitação em Portugal. A **maioria dos sujeitos refere não ter enfrentado dificuldades** neste processo (**66,7% das mulheres; 75,0% dos homens**).

Entre os participantes que reportaram obstáculos, os principais problemas identificados foram o **preço elevado das rendas** e a **exigência de documentos ou fiador**, afetando até **8,3% das mulheres**. Apenas **um participante do sexo masculino** relatou ter sido recusado pelo proprietário.

Estes resultados indicam que, embora a maioria tenha conseguido assegurar habitação sem grandes problemas, **dificuldades burocráticas e financeiras** afetaram uma pequena parcela dos inquiridos.

Tabela 24 – Dificuldades Enfrentadas para Encontrar Habitação em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim, pediam muitos documentos	2 (8,3%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)
Sim, o preço das rendas era muito caro	2 (8,3%)	1 (6,3%)	3 (7,5%)
Sim, donos recusaram-me alugar	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Sim, pediam fiador português	1 (4,2%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Não tive dificuldades	16 (66,7%)	12 (75,0%)	28 (70,0%)
Não procurei casa em Portugal	3 (12,5%)	2 (12,5%)	5 (12,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 25 apresenta o acesso e a utilização dos serviços de saúde pelos participantes. Observa-se que a **maioria está registada no centro de saúde mais próximo da residência (45,8% das mulheres; 37,5% dos homens)**.

O uso do **Serviço Nacional de Saúde** é mais frequente entre os **homens (43,8%)** do que entre as **mulheres (16,7%)**. Uma proporção menor possui **médico de família (25,0% mulheres; 12,5% homens)** ou relata **ter sido maltratado ao procurar cuidados de saúde (12,5% mulheres; 6,3% homens)**.

Estes dados indicam que, embora exista um **acesso inicial satisfatório aos serviços de saúde**, a **experiência no atendimento** e a **vinculação a um médico de família** diferem entre homens e mulheres.

Tabela 25 – Acesso e Experiências no Sistema de Saúde em Portugal

Mulheres	Homens	Total
----------	--------	-------

	n (%)	n (%)	n (%)
Estou registado/a no centro de saúde perto de casa	11 (45,8%)	6 (37,5%)	17 (42,5%)
Já usei o Serviço Nacional de Saúde (SNS)	4 (16,7%)	7 (43,8%)	11 (27,5%)
Tenho médico/a de família	6 (25,0%)	2 (12,5%)	8 (20,0%)
Já fui maltratado/a ao procurar cuidados de saúde	3 (12,5%)	1 (6,3%)	4 (10,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

Síntese:

- O acesso à habitação encontra-se globalmente estabilizado, com elevada taxa de casa própria entre mulheres;
- As condições habitacionais são vistas de forma positiva pela maioria dos participantes;
- As dificuldades no acesso ao alojamento existem, mas impactam apenas uma pequena parte da amostra;
- No sistema de saúde, o acesso formal está razoavelmente garantido, embora a experiência de atendimento e a vinculação a médico de família variem entre sexos;
- As mulheres destacam-se pela estabilidade habitacional, enquanto os homens apresentam maior utilização direta dos serviços públicos de saúde

No conjunto, estes resultados apontam para uma realidade marcada por relativa segurança residencial e acesso funcional à saúde, embora com desigualdades subtis entre sexos, refletindo diferentes formas de utilização e relação com os serviços essenciais.

6.7.4. Educação, qualificações e mercado de trabalho

Foram recolhidos dados sobre níveis de escolaridade, reconhecimento de qualificações obtidas no país de origem, situação profissional atual e grau de satisfação laboral, permitindo identificar eventuais discrepâncias entre competências e oportunidades disponíveis.

A Tabela 26 apresenta a distribuição da formação académica dos participantes. Entre as **mulheres**, a escolaridade predominante é **licenciatura/bacharelato (50,0%)** e **ensino secundário (45,8%)**. Entre os **homens**, a distribuição é mais diversificada, com **ensino secundário (37,5%)** e **licenciatura/bacharelato (43,8%)**.

Poucos participantes possuem apenas **escolaridade primária** ou **mestrado**, e apenas os homens apresentam **formação técnico-profissional (12,5%)**.

Estes dados indicam que a **maioria dos inquiridos possui escolaridade secundária ou superior**, com pequenas diferenças entre os sexos nos níveis de ensino mais baixos e na formação técnica.

Tabela 26 – Escolaridade

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sem escolaridade / Primário	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Secundário (10.º-12.º)	11 (45,8%)	6 (37,5%)	17 (42,5%)
Técnico / Profissional	0 (0,0%)	2 (12,5%)	2 (5,0%)
Licenciatura / Bacharelato	12 (50,0%)	7 (43,8%)	19 (47,5%)
Mestrado	1 (4,2%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 27 apresenta a situação do reconhecimento de estudos ou qualificações obtidas no estrangeiro pelos participantes. Observa-se que uma proporção significativa **ainda não solicitou o reconhecimento dos estudos (25,0% de ambos os sexos)** ou **não sabiam que era possível solicitar (33,3% das mulheres; 12,5% dos homens)**.

O **reconhecimento efetivo de estudos escolares ou universitários** é relativamente baixo (**12,5% das mulheres; 18,8% dos homens**), e apenas alguns participantes tiveram **cursos profissionais reconhecidos** ou tentaram o reconhecimento **sem sucesso**.

Estes dados sugerem a existência de **lacunas de informação e dificuldades no processo de validação de estudos**, com impactos diferenciados entre mulheres e homens.

Tabela 27 – Reconhecimento de Estudos e Cursos Realizados no Estrangeiro

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim, estudos escolares ou universitários	3 (12,5%)	3 (18,8%)	6 (15,0%)
Sim, curso profissional ou técnico	1 (4,2%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Tentei, mas foi recusado	1 (4,2%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Ainda não pedi	6 (25,0%)	4 (25,0%)	10 (25,0%)
Não sabia que era possível fazer esse pedido	8 (33,3%)	2 (12,5%)	10 (25,0%)
Outra situação	5 (20,8%)	7 (43,8%)	12 (30,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 28 apresenta a situação profissional atual dos participantes. Observa-se que a categoria **“Outra”** é a mais frequente, abrangendo **50,0% das mulheres e 75,0% dos homens**. Seguem-se os participantes **empregados (20,8% mulheres; 6,3% homens)** e **desempregados (20,8% mulheres; 18,8% homens)**. Apenas **duas mulheres (8,3%)** referiram ser estudantes.

Estes dados indicam a existência de **diversidade nas situações profissionais** entre os inquiridos, com os **homens mais concentrados na categoria “Outra”** e as **mulheres distribuídas entre emprego, desemprego e outras situações**.

Tabela 28 – Situação Profissional Atual

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Empregado/a	5 (20,8%)	1 (6,3%)	6 (15,0%)
Desempregado/a	5 (20,8%)	3 (18,8%)	8 (20,0%)
Estudante	2 (8,3%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)
Outra	12 (50,0%)	12 (75,0%)	24 (60,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 29 apresenta o grau de satisfação dos participantes relativamente à sua situação profissional atual. Entre os que se encontram **empregados**, observa-se uma satisfação diversificada: alguns estão **muito satisfeitos (4,2% das mulheres; 6,3% dos homens)**, outros **satisfeitos (16,7% das mulheres; 6,3% dos homens)**, enquanto uma menor proporção de **mulheres se mostra insatisfeita (12,5%)**.

Uma parte considerável dos participantes **ainda não conseguiu emprego (20,8% mulheres; 25,0% homens)**. Além disso, mais da metade refere que a questão **não se aplica** à sua situação (**62,5% mulheres; 45,8% homens**), refletindo a diversidade de experiências laborais e diferenças na inserção no mercado de trabalho entre sexos.

Estes dados evidenciam a **heterogeneidade das experiências profissionais** e a variação na satisfação de acordo com a situação de emprego e o sexo dos participantes.

Tabela 29 – Grau de Satisfação com a Situação Profissional Atual

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Muito satisfeito/a	1 (4,2%)	1 (6,3%)	2 (5,0%)
Satisfeito/a	4 (16,7%)	1 (6,3%)	5 (12,5%)
Insatisfeito/a	3 (12,5%)	0 (0,0%)	3 (7,5%)
Ainda não consegui trabalho	5 (20,8%)	4 (25,0%)	9 (22,5%)
Não se aplica	11 (45,8%)	10 (62,5%)	21 (52,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 30 apresenta as formas através das quais os participantes conseguiram trabalho em Portugal. Observa-se que a forma mais frequente de obter o primeiro emprego não correspondeu a nenhuma das situações listadas (**45,8% das mulheres; 62,5% dos homens**).

Seguem-se os casos de **apoio de familiares ou amigos (20,8% mulheres; 6,3% homens)** e a **criação do próprio emprego (16,7% mulheres; 6,3% homens)**. Um número reduzido de participantes recorreu a **serviços de emprego ou contactos diretos de empregadores**, enquanto alguns ainda **não conseguiram trabalho (16,7% mulheres; 6,3% homens)**.

Estes resultados indicam que **redes pessoais e soluções alternativas** desempenham um papel importante na inserção no mercado de trabalho, com **diferenças significativas entre os sexos**.

Tabela 30 – Forma de Obtenção do Emprego Atual em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Com apoio de familiares ou amigos/as	5 (20,8%)	1 (6,3%)	6 (15,0%)
Através de uma pessoa ou empresa que o/a recrutou no país de origem	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Através de serviços de emprego	1 (4,2%)	1 (6,3%)	2 (5,0%)
Fui contactado diretamente por um/a empregador/a	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Criei o meu próprio emprego	4 (16,7%)	1 (6,3%)	5 (12,5%)
Ainda não consegui trabalho	4 (16,7%)	1 (6,3%)	5 (12,5%)
Outra situação	11 (45,8%)	10 (62,5%)	21 (52,5%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A Tabela 31 avalia a capacidade dos participantes de **conversar em português sobre assuntos pessoais e expressar a sua opinião**. Observa-se que esta capacidade **varia consideravelmente entre os sexos**.

Entre as **mulheres, 37,5%** consideram-se **muito bem ou bem**, enquanto **54,1%** sentem-se **pouco ou nada bem**. Entre os **homens**, a maioria indica dificuldades na comunicação, com **37,5% pouco** e **37,5% nada bem**, sendo apenas **12,5%** a sentir-se **muito bem**.

Estes resultados sugerem a existência de **desafios significativos na comunicação em português**, especialmente entre os homens, o que pode influenciar a **inclusão social e a expressão de opiniões pessoais**.

Tabela 31 – Grau de Proficiência em Português para Comunicação Pessoal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Muito bem	5 (20,8%)	2 (12,5%)	7 (17,5%)
Bem	4 (16,7%)	0 (0,0%)	4 (10,0%)
Moderadamente	2 (8,3%)	2 (12,5%)	4 (10,0%)
Pouco	8 (33,3%)	6 (37,5%)	14 (35,0%)
Nada bem	5 (20,8%)	6 (37,5%)	11 (27,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 32 avalia a capacidade dos participantes de **ler e compreender as partes principais de notícias sobre o dia-a-dia**. Entre as **mulheres, 41,7%** consideram-se capazes de entender **muito bem ou bem**, enquanto **41,7%** relatam **dificuldades (pouco ou nada bem)**. Entre os **homens**, a distribuição é semelhante, com **31,3%** a sentir-se capazes de compreender **muito bem ou bem** e **50%** a identificar **dificuldades**.

Estes dados indicam que a **leitura e compreensão de notícias em português** ainda representa um desafio para uma parte considerável dos inquiridos, podendo **impactar o acesso à informação diária**.

Tabela 32 – Grau de Compreensão de Notícias em Português

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Muito bem	7 (29,2%)	2 (12,5%)	9 (22,5%)
Bem	3 (12,5%)	3 (18,8%)	6 (15,0%)
Moderadamente	4 (16,7%)	3 (18,8%)	7 (17,5%)
Pouco	7 (29,2%)	5 (31,3%)	12 (30,0%)
Nada bem	3 (12,5%)	3 (18,8%)	6 (15,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 33 apresenta a **capacidade dos participantes em utilizar ferramentas digitais e tecnologias**. A maioria possui **habilidades digitais avançadas**, com **45,8% das mulheres** e **50,0% dos homens** a conseguir utilizar computador e internet **com facilidade para qualquer tarefa**.

Uma parcela menor consegue utilizar as tecnologias **para a maior parte das tarefas (25,0% mulheres; 37,5% homens)** ou apenas **para tarefas simples ou muito básicas (até 16,7% mulheres; 6,3% homens)**.

Estes resultados indicam que a **competência digital é relativamente alta** entre os inquiridos, embora **persistam diferenças no nível de uso** entre os sexos.

Tabela 33 – Auto percepção da Capacidade de Uso de Computador e Internet

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Muito básica/Não uso	3 (12,5%)	1 (6,3%)	4 (10,0%)
Consigo usar para algumas tarefas simples	4 (16,7%)	1 (6,3%)	5 (12,5%)
Consigo usar para a maioria das tarefas	6 (25,0%)	6 (37,5%)	12 (30,0%)
Uso com facilidade para qualquer tarefa	11 (45,8%)	8 (50,0%)	19 (47,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 34 apresenta a **frequência de filhos/as a frequentar estabelecimentos de ensino em Portugal** entre os participantes. Observa-se que a **maioria não tem filhos matriculados (70,8% das mulheres; 87,5% dos homens)**.

Entre os participantes que possuem filhos em idade escolar, a proporção é maior entre as **mulheres (29,2%)** do que entre os **homens (12,5%)**.

Tabela 34 – Inscrição de Filhos/as em Estabelecimentos de Ensino e Facilidade de Matrícula

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim	7 (29,2%)	2 (12,5%)	9 (22,5%)
Não	17 (70,8%)	14 (87,5%)	31 (77,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

Síntese:

- há um nível educacional globalmente elevado entre os participantes;
- o reconhecimento de qualificações estrangeiras permanece limitado por falta de solicitação e informação;
- a inserção no mercado de trabalho é diversificada e pouco consolidada, com baixa taxa de emprego formal;
- a satisfação laboral é variável e condicionada pelo acesso ao emprego;
- redes pessoais e iniciativas próprias são vias importantes de acesso ao trabalho;
- persistem dificuldades linguísticas significativas, com impacto provável na integração social e profissional;
- as competências digitais são elevadas, constituindo um recurso importante no processo de integração;
- a presença de filhos no sistema educativo é reduzida na amostra, ocorrendo sobretudo entre mulheres.

No conjunto, estes resultados indicam um potencial qualificado ainda subaproveitado, num cenário em que o domínio da língua, o reconhecimento académico e a consolidação no mercado de trabalho surgem como eixos essenciais para uma integração plena.

6.7.5. Participação social, cívica e religiosa

O questionário integrou questões sobre envolvimento comunitário, participação em associações, práticas religiosas e sentimento de pertença, possibilitando avaliar a integração social mais ampla e o papel dos migrantes na vida coletiva local.

A Tabela 35 apresenta o **envolvimento dos participantes em atividades sociais e comunitárias**. A maioria da amostra participa **regularmente em atividades comunitárias, culturais ou sociais (66,7% das mulheres; 62,5% dos homens)**.

Uma proporção menor **não se envolve nessas atividades (33,3% mulheres; 37,5% homens)**.

Estes resultados indicam um **elevado nível de participação social** entre os participantes, com pequenas diferenças entre os sexos.

Tabela 35 Participação em Atividades Sociais e Comunitárias

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim	16 (66,7%)	10 (62,5%)	26 (65,0%)
Não	8 (33,3%)	6 (37,5%)	14 (35,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 36 apresenta a **situação dos participantes relativamente à inscrição no registo eleitoral**. Observa-se que a **maioria não está registada para votar em Portugal (66,7% das mulheres; 81,3% dos homens)**.

Entre os participantes registados, a proporção é maior entre as **mulheres (33,3%)** do que entre os **homens (18,8%)**.

Estes dados indicam uma **baixa participação eleitoral potencial**, com diferenças notáveis entre os sexos.

Tabela 36 – Situação (Inscrição) de Registo Eleitoral

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim	8 (33,3%)	3 (18,8%)	11 (27,5%)
Não	16 (66,7%)	13 (81,3%)	29 (72,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 37 apresenta a **identificação religiosa ou crença espiritual** dos participantes. Observa-se que a **maioria das mulheres indica não ter religião (66,7%)**, enquanto entre os **homens há maior diversidade**, incluindo **protestante evangélica (31,3%)** e **católica (12,5%)**.

Uma parcela significativa prefere **não responder (16,7% mulheres; 25,0% homens)**.

Estes dados sugerem **diferenças importantes nas identidades religiosas entre os sexos** e uma **proporção considerável de participantes que opta por não divulgar a sua crença**.

Tabela 37 – Identificação Religiosa ou Crença Espiritual

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Outra	2 (8,3%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)
Sem religião	16 (66,7%)	5 (31,3%)	21 (52,5%)
Prefiro não responder	4 (16,7%)	4 (25,0%)	8 (20,0%)
Católica	0 (0,0%)	2 (12,5%)	2 (5,0%)
Protestante Evangélica	0 (0,0%)	5 (31,3%)	5 (12,5%)
Ortodoxa	2 (8,3%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

Síntese:

- existe um nível expressivo de participação em atividades sociais e comunitárias, refletindo envolvimento social positivo;
- a participação social é semelhante entre sexos, embora haja ainda um grupo que não se integra em iniciativas comunitárias;
- a inscrição no registo eleitoral português é reduzida, indicando baixa participação cívica formal;

- os homens apresentam menor taxa de registo eleitoral comparativamente às mulheres;
- há diversidade religiosa mais evidente no grupo masculino, contrastando com maior ausência de religião entre mulheres;
- uma parte dos participantes opta por não revelar a sua crença religiosa, sugerindo reserva ou sensibilidade do tema.

No conjunto, estes resultados sugerem que a integração social ocorre sobretudo através da participação informal e comunitária, coexistindo com baixos indicadores de envolvimento político formal e diversidade de posicionamentos religiosos.

6.7.6. Discriminação, direitos e dados demográficos

O questionário integrou ainda questões relativas a experiência de discriminação e ao exercício de direito, complementadas por dados demográficos essenciais para contextualizar análise. Esta combinação de elementos permite uma compreensão detalhada das condições de vida, oportunidades e desafios enfrentados.

A Tabela 38 apresenta a **auto percepção dos participantes relativamente ao seu nível de inclusão social** na região onde residem. Entre as **mulheres**, a maioria sente-se **mais ou menos incluída (54,2%)**, enquanto os **homens tendem a referir sentir-se bastante incluídos (37,5%)** ou **pouco incluídos (31,3%)**.

Apenas alguns participantes reportam sentir-se **totalmente incluídos (4,2% mulheres; 18,8% homens)**.

Estes dados sugerem **diferenças na experiência de inclusão entre os sexos**, com as mulheres a relatar uma sensação de inclusão mais **moderada** e os homens experiências mais **polarizadas**.

Tabela 38 – Auto percepção do Nível de Inclusão na Região Onde Reside

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Não me sinto de todo incluído/a	1 (4,2%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Sinto-me pouco incluído/a	4 (16,7%)	5 (31,3%)	9 (22,5%)
Sinto-me mais ou menos incluído/a	13 (54,2%)	2 (12,5%)	15 (37,5%)
Sinto-me bastante incluído/a	5 (20,8%)	6 (37,5%)	11 (27,5%)
Sinto-me totalmente incluído/a	1 (4,2%)	3 (18,8%)	4 (10,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

Síntese:

- as mulheres tendem a percecionar se como moderadamente incluídas na região onde residem;
- os homens apresentam percepções mais polarizadas, distribuindo-se entre sentir-se bastante incluídos ou pouco incluídos;

- apenas uma pequena percentagem de participantes, em ambos os sexos, refere sentir-se totalmente incluída;
- existem diferenças claras entre géneros na forma como experienciam a inclusão social, com maior moderação nas mulheres e maior variabilidade nos homens.

Tendência geral: As mulheres demonstram uma perceção mais moderada da inclusão social, enquanto os homens revelam experiências mais extremadas (ou claramente positivas ou negativas).

Interpretação: Os dados indicam diferenças na vivência da inclusão social entre géneros, podendo refletir distintas expectativas, experiências ou condições sociais.

6.7.7. Vivências, Opiniões e Direitos

A Tabela 39 apresenta a perceção de **tratamento injusto ou diferenciado** entre os participantes em Portugal. Entre os respondentes que relataram tratamento injusto ou diferente ($n = 27$), os **locais mais citados** foram os **serviços públicos (55,6% ambos os sexos)** e o **local de trabalho (55,6% mulheres; 33,3% homens)**. Outras situações relevantes incluem **procura de habitação, rua/transportes e serviços de saúde**.

Estes dados indicam que a **discriminação ou tratamento desigual é experienciado em múltiplos contextos**, com as mulheres a relatar maior incidência no **trabalho** e em **transportes públicos**, enquanto os homens destacam maior dificuldade na **habitação**. Estas experiências, que abrangem o **acesso à habitação, interações com serviços públicos e atendimento administrativo**, convergem com o diagnóstico internacional.

A **Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2024)** identifica práticas racistas no **setor da habitação em Portugal** e sublinha a necessidade de **políticas habitacionais específicas**, bem como de **processos de regularização mais eficazes**, que não exponham migrantes a abusos e discriminação em múltiplas esferas. Recomenda ainda a criação de um **programa nacional de integração e inclusão**, em articulação com a **Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)** e a sociedade civil, e o reforço de **medidas setoriais de prevenção e resposta**.

Tabela 39 – Sentimento de Tratamento Injusto por Motivo de Origem, Cor, Nome, Sotaque ou Religião

	Mulheres <i>n (%)</i>	Homens <i>n (%)</i>	Total <i>n (%)</i>
Sim, em serviços públicos	10 (55,6%)	5 (55,6%)	15 (55,6%)
Sim, em redes sociais/online	1 (5,6%)	0 (0,0%)	1 (3,7%)
Sim, na procura de habitação	6 (33,3%)	5 (55,6%)	11 (40,7%)
Sim, no local de trabalho	10 (55,6%)	3 (33,3%)	13 (48,1%)
Sim, em estabelecimentos comerciais	5 (27,8%)	2 (22,2%)	7 (25,9%)
Sim, na rua ou transportes públicos	7 (38,9%)	1 (11,1%)	8 (29,6%)
Sim, em serviços de saúde	6 (33,3%)	1 (11,1%)	7 (25,9%)
Sim, outra situação	2 (11,1%)	1 (11,1%)	3 (11,1%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A Tabela 40 apresenta a **perceção dos participantes sobre a forma como foram recebidos pela população local** em Portugal. Entre as **mulheres, 41,7%** sentem **acolhimento**, enquanto **50,0%** indicam que **depende das situações**. Apenas uma mulher relata **receio ou desconfiança (4,2%)**.

Entre os **homens**, **50,0%** percebem **acolhimento** e **37,5%** consideram que a **aceitação depende do contexto**, enquanto um homem **preferiu não responder (6,3%)**.

Estes resultados sugerem que a maioria dos participantes percebe **atitudes geralmente favoráveis ou contextuais** em relação aos migrantes na comunidade.

Tabela 40 – Perceção sobre o Acolhimento pela População Local em Portugal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
De forma acolhedora e amigável	10 (41,7%)	8 (50,0%)	18 (45,0%)
Depende das situações ou das pessoas	12 (50,0%)	6 (37,5%)	18 (45,0%)
Com algum receio ou desconfiança	1 (4,2%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Não sei / nunca pensei nisso	1 (4,2%)	1 (6,3%)	2 (5,0%)
Prefiro não responder	0 (0,0%)	1 (6,3%)	1 (2,5%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

A Tabela 41 apresenta a **perceção dos participantes sobre a facilidade ou dificuldade em obter apoio legal em Portugal**. Entre as **mulheres**, a maioria considera que **nem é fácil nem difícil (54,2%)**, enquanto **29,2%** acham **difícil** e **16,7%** consideram **fácil**.

Entre os **homens**, a perceção de **dificuldade é mais acentuada (56,3%)**, com apenas **18,8%** a considerar **fácil**.

Estes dados indicam que os **homens enfrentam mais barreiras na obtenção de apoio legal**, enquanto as **mulheres apresentam uma avaliação mais moderada** da acessibilidade.

Tabela 41 – Facilidade Percebida para Obter Apoio Legal

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Fácil	4 (16,7%)	3 (18,8%)	7 (17,5%)
Nem fácil nem difícil	13 (54,2%)	4 (25,0%)	17 (42,5%)
Difícil	7 (29,2%)	9 (56,3%)	16 (40,0%)
Total	24 (100,0%)	16 (100,0%)	40 (100,0%)

Síntese:

- Uma parte dos participantes reporta ter experienciado tratamento injusto, sobretudo em serviços públicos, no local de trabalho e na procura de habitação;
- As mulheres referem maior incidência de discriminação no trabalho e em transportes públicos, enquanto os homens destacam dificuldades acrescidas no acesso à habitação;
- Os dados nacionais e europeus apontam para a persistência de práticas discriminatórias em Portugal, especialmente no setor da habitação e em processos administrativos, reforçando a necessidade de políticas de integração mais robustas;
- a maioria dos participantes sente-se acolhida ou acolhida dependendo das situações, sugerindo atitudes maioritariamente favoráveis por parte da população local;
- na perceção sobre apoio legal, as mulheres tendem a avaliar o acesso como moderado, enquanto os homens exprimem maior dificuldade, revelando barreiras diferenciadas entre géneros no acesso a direitos e serviços.

No conjunto, os resultados revelam um cenário de acolhimento maioritariamente favorável, mas com episódios de discriminação que justificam intervenções específicas para garantir igualdade no acesso a direitos, serviços e oportunidades.

CAPÍTULO VII

7. Plano de Ação

7.1. Visão e Princípios Orientadores

Visão

O Plano de Ação para a Integração de Migrantes em Góis assenta na construção de um concelho inclusivo, coeso e solidário, onde todas as pessoas, independentemente da sua origem, tenham igualdade de oportunidades, se sintam acolhidas e participem ativamente na vida social, cultural, económica e cívica do território.

Princípios orientadores

O plano é guiado por um conjunto de princípios fundamentais que orientam a sua conceção e implementação:

- **Inclusão e igualdade**, garantindo o acesso equitativo aos direitos, serviços e oportunidades;
- **Respeito pela diversidade cultural**, valorizando a interculturalidade como fator de enriquecimento social;
- **Dignidade e direitos humanos**, assegurando um acolhimento humanizado e respeitador;
- **Participação e corresponsabilização**, promovendo o envolvimento ativo das comunidades migrantes e da população local;
- **Articulação e cooperação**, reforçando o trabalho em rede entre entidades públicas, privadas e da sociedade civil;
- **Proximidade e territorialização**, adequando as respostas às especificidades locais do concelho de Góis.

7.2. Objetivos Estratégicos

O PMIM de Góis define um conjunto de objetivos estratégicos que visam promover uma integração plena, inclusiva e sustentável da população migrante, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento social, económico e cultural do concelho.

- **Reforçar o acolhimento e a informação:** Garantir que os migrantes dispõem de informação clara, acessível e adequada sobre os seus direitos, deveres e os serviços disponíveis no concelho, promovendo um acolhimento digno e estruturado desde o primeiro contacto.
- **Assegurar o acesso equitativo a direitos e serviços:** Facilitar o acesso da população migrante aos serviços essenciais, nomeadamente saúde, educação, ação social, habitação e justiça, reduzindo barreiras administrativas, linguísticas e culturais.

- **Promover a aprendizagem da língua portuguesa e o sucesso educativo:** Incentivar o ensino do português como língua de acolhimento e apoiar percursos educativos inclusivos, essenciais para a autonomia, integração social e empregabilidade.
- **Fomentar a integração profissional e a autonomia económica:** Apoiar a inserção no mercado de trabalho, o reconhecimento de competências e qualificações e o empreendedorismo, contribuindo para a autonomia económica dos migrantes e para o desenvolvimento local.
- **Valorizar a diversidade cultural e promover a convivência intercultural:** Estimular o diálogo intercultural, o respeito mútuo e a participação cívica, combatendo estereótipos, discriminação e exclusão social.
- **Reforçar a capacitação dos serviços e dos agentes locais:** Desenvolver competências interculturais nos serviços municipais e nas entidades parceiras, garantindo respostas mais eficazes e ajustadas à diversidade da população.
- **Promover a participação ativa e o envolvimento comunitário:** Incentivar a participação dos migrantes na vida associativa, cultural e cívica do concelho, reforçando o sentimento de pertença e a coesão social.

7.3. Dimensão Operacional

A dimensão operacional do PMIM de Góis traduz a visão e os princípios orientadores em medidas concretas, estruturadas e executáveis, assegurando uma resposta integrada, eficaz e ajustada às especificidades do território. Esta dimensão organiza-se em eixos estratégicos, ações e mecanismos de implementação, monitorização e avaliação.

Em termos operacionais, o plano assenta nos seguintes elementos fundamentais:

- **Eixos de intervenção prioritários**, centrados no acolhimento e informação, acesso a direitos e serviços, educação e aprendizagem da língua portuguesa, empregamos e integração profissional, saúde e bem-estar, habitação, e promoção da interculturalidade e da participação cívica.
- **Ações concretas e calendarizadas**, com definição clara de objetivos, atividades, públicos-alvo, entidades responsáveis e recursos necessários, garantindo a exequibilidade e a coerência das intervenções.
- **Articulação institucional e trabalho em rede**, envolvendo o município, serviços públicos, associações locais, entidades empregadoras, instituições de ensino e organizações da sociedade civil, potenciando sinergias e evitando duplicação de esforços.
- **Capacitação dos serviços e dos profissionais**, através de formação e desenvolvimento de competências interculturais, assegurando respostas adequadas a públicos diversos.
- **Mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação**, com indicadores de execução e de impacto, permitindo ajustar as ações às necessidades emergentes e garantir a melhoria contínua do plano.

Desta forma, a dimensão operacional assegura que o PMIM de Góis passa da estratégia à prática, promovendo uma integração efetiva, sustentável e alinhada com a realidade local.

7.4. Fichas de Ação

O Plano define eixos de atuação e medidas específicas que procuram responder às necessidades da comunidade, reforçar a capacidade institucional e promover uma sociedade local mais justa, participativa e solidária. Propõe-se o **reforço da ação municipal** através de eixos estratégicos, complementados por **medidas operacionais concretas**, garantindo uma intervenção estruturada e orientada para resultados tangíveis.

Eixo 1 Aprendizagem e Promoção da Língua Portuguesa								
Público-alvo: População Migrante								
Objetivo	Atividades a Implementar	Calendarização	Recursos Humanos	Indicadores Execução	Indicadores de Resultado	Fontes de Verificação	Impactos esperados	Contributos para Estratégias Nacionais e Europeias
Reforçar a proficiência linguística como base para a integração social, laboral e institucional	Cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA)	Janeiro 2025 a março de 2027	Externo	Nº de cursos realizados Nº de Participantes	% de pessoas que concluírem com sucesso curso de Português Língua de Acolhimento	Fichas de inscrição Folhas de presença	15 Pessoas	Promover a capacitação dos/das cidadãos/as estrangeiros a residir no concelho.

Eixo 2 Saúde e Bem-estar								
Público-alvo: População Migrante								
Objetivo	Atividades a Implementar	Calendarização	Recursos Humanos	Indicadores Execução	Indicadores de Resultado	Fontes de Verificação	Impactos esperados	Contributos para Estratégias Nacionais e Europeias
Melhorar acessibilidade ao Sistema Nacional de Saúde	Promover formação intercultural para profissionais de saúde	Janeiro 2025 a março de 2027	Internos/ externos	Nº de ações realizadas	% de utentes inscritos na ULS de Coimbra	Registo de inscrições na ULS de Coimbra	1 Ação	Garantir direitos e deveres no acesso à saúde

Eixo 3 Educação Intercultural e Convivência Comunitária								
Público-alvo: População Migrante								
Objetivo	Atividades a Implementar	Calendarização	Recursos Humanos	Indicadores Execução	Indicadores de Resultado	Fontes de Verificação	Impactos esperados	Contributos para Estratégias Nacionais e Europeias
Promover a interculturalidade	Dar continuidade ao Festival intercultural Lavadouros com Alma	Janeiro 2025 a março de 2027	Internos/ externos	Nº de participantes na ação	Nº de ações desenvolvidas	Fotos	3 Ações	Promover as relações interculturais Partilha de conhecimentos

Eixo 4 Diversidade Cultural e Promoção da Convivência Intercultural								
Público-alvo: População Migrante								
Objetivo	Atividades a Implementar	Calendarização	Recursos Humanos	Indicadores Execução	Indicadores de Resultado	Fontes de Verificação	Impactos esperados	Contributos para Estratégias Nacionais e Europeias
Combate ao racismo e discriminação racial	Realização de ações de formação/ sensibilização	Janeiro 2025 a março de 2027	Internos/ externos	Nº de ações realizadas	Nº de ações desenvolvidas	Folhas de presença	1 Ação	Consciencializar a sociedade sobre as questões de violência doméstica e tráfico de seres humanos Combater estereótipos

Eixo 5 Coordenação e Gestão da Política Migratória

Público-alvo: População Migrante

Objetivo	Atividades a Implementar	Calendarização	Recursos Humanos	Indicadores Execução	Indicadores de Resultado	Fontes de Verificação	Impactos esperados	Contributos para as Estratégias Nacionais e Europeias
Recolha e produção de dados sobre a população migrante. Campanha de sensibilização e capacitação para valorização dos espaços rurais e promover mudanças de comportamento na proteção contra incêndios.	Deslocação aos locais com maior incidência de população migrante	Janeiro 2025 a março de 2027	Internos	Consentimento para recolha de dados	Número de agregados /indivíduos identificados	Consentimento para recolha de dados	Monitorização da população migrante residente no concelho	Fortalecimento dos indicadores
	Informação porta a porta para migrantes residentes em áreas rurais	Janeiro 2025 a março de 2027	Internos	Registo fotográfico	Número de agregados /indivíduos informados	Registo fotográfico	Reforço da capacidade de resposta aos incêndios e o envolvimento das comunidades migrantes na preparação e recuperação pós incêndios	A prevenção, através da gestão ativa da vegetação, criação de mosaicos de paisagem, ordenamento do território e promoção de boas práticas agrícolas e florestais

7.5. Modelo de Monitorização e Avaliação

A execução do PMIM de Góis está ancorada nos seus pressupostos e desenvolve-se em **cinco grandes fases que integram os processos: Participativo, Diagnóstico, Planeamento, Monitorização e Avaliação e Validação e Aprovação.**

A coordenação técnica do Plano integra-se no CLAIM de Góis funcionando como ponto focal entre a CIM-RC, os serviços municipais e as entidades parceiras. Compete-lhe apoiar a execução das medidas, promover a comunicação interinstitucional, assegurar a ligação com a população migrante e disseminar informação relevante.

A monitorização é contínua e orientada pelas métricas definidas para cada medida, incluindo:

- Recolha regular de dados pelas entidades responsáveis;
- Análise sistemática dos indicadores definidos;
- Reuniões semestrais de acompanhamento técnico;
- Elaboração de um relatório anual de progresso, apresentado à CIM-RC e aos órgãos municipais competentes.

Este processo garante que o Plano se mantém alinhado com a realidade migratória do concelho, permitindo identificar necessidades emergentes e ajustar a intervenção pública de forma fundamentada e atempada.

A concretização das medidas propostas pelo Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Góis (PMIM de Góis) exige uma estrutura de governação participada, que assegure o acompanhamento contínuo, a avaliação e a atualização do Plano, traduzida no eixo transversal de **Coordenação, Monitorização e Avaliação.**

A avaliação do PMIM de Góis combina métodos quantitativos e qualitativos e estrutura-se num momento:

- **Avaliação semestral:** analisa o grau de execução das ações, a adequação das estratégias adotadas e a pertinência dos indicadores, incluindo a aplicação de um inquérito de perceção junto de pessoas migrantes.

A avaliação envolve parceiros institucionais, associações de migrantes e serviços municipais, garantindo uma leitura abrangente da eficácia das medidas e reforçando a natureza participada do Plano.

Conclusão

O PMIM de Góis assenta no entendimento de que a diversidade existente no território constitui um recurso central para o desenvolvimento local. O diagnóstico que sustenta o Plano foi construído a partir de dados censitários, administrativos e de um inquérito aplicado a 40 residentes migrantes, permitindo uma caracterização detalhada da realidade migrante no concelho.

Caracterização da população migrante

O diagnóstico revela uma população migrante maioritariamente europeia, adulta, qualificada e com relativa estabilidade residencial, cuja presença contribui para mitigar o declínio demográfico de Góis. Trata-se sobretudo de uma população feminina, com idade média de 58 anos, e níveis de qualificação elevados — quase metade possui licenciatura, superando a média nacional. As nacionalidades mais representadas incluem Reino Unido, Alemanha, Ucrânia e Brasil, refletindo a crescente atratividade internacional do concelho.

Grande parte dos migrantes reside em Portugal há vários anos, sendo que 35 % vive no país há mais de sete anos. Muitos escolheram Góis de forma deliberada, valorizando a tranquilidade, a qualidade de vida, bem como as características naturais e ambientais do território. Embora mais de metade ainda não detenha nacionalidade portuguesa, existe uma intenção clara de a adquirir, evidenciando vontade de permanência e enraizamento.

Percursos migratórios e situação administrativa

A chegada ao concelho ocorreu maioritariamente em contexto familiar, com percursos administrativos diversificados e, por vezes, complexos. Atualmente, cerca de dois terços da população inquirida possui autorização de residência, embora persistam processos pendentes junto da AIMA, o que gera constrangimentos com impacto direto no quotidiano.

Emprego, qualificações e economia local

Apesar dos elevados níveis de qualificação, poucos migrantes conseguiram validar os seus diplomas em Portugal, sendo que um quarto desconhecia a possibilidade de reconhecimento de qualificações. Esta limitação condiciona o aproveitamento das suas competências no tecido económico local.

A situação laboral reflete que apenas 15 % se encontra empregada/o, enquanto cerca de 60 % está reformado ou inativo, coerente com um perfil de residentes estrangeiros em contexto de Pensionista ou na pré-reforma.

Língua, acesso a serviços e participação

A língua portuguesa surge como um dos principais obstáculos à integração, identificada por cerca de dois terços dos inquiridos. A oferta local de formação linguística, apesar de existir, manifesta-se ainda insuficiente reflete-se no acesso a serviços essenciais e na participação comunitária.

As redes de apoio institucional são escassas: 67,5 % dos inquiridos não recebeu apoio da AIMA e muitos enfrentam dificuldades na utilização de plataformas digitais, na compreensão de processos legais e no acesso a serviços. Em contraste, as redes pessoais e informais desempenham um papel central nos processos de integração.

Apesar das limitações institucionais, 65 % dos migrantes participa em atividades sociais e comunitárias, evidenciando a importância das redes locais. Contudo, a participação cívica formal permanece reduzida, com apenas 27,5 % recenseados para votar.

Discriminação e desafios à integração

A discriminação emerge como um desafio relevante: 67,5 % dos inquiridos relatou experiências de tratamento injusto associadas à origem ou aparência, sobretudo em contextos como serviços públicos, emprego e acesso à habitação. As experiências variam por género: as mulheres reportam maior discriminação no acesso ao trabalho, enquanto os homens identificam maiores dificuldades nos domínios da habitação e da saúde. Ainda assim, 45 % perceciona atitudes favoráveis por parte da comunidade local, embora um número semelhante considere que estas variam consoante o contexto.

Eixos de intervenção do Plano

O PMIM organiza a ação municipal em eixos estratégicos que promovem o reconhecimento e a valorização de competências, o reforço da participação comunitária e cívica e a criação de mecanismos de apoio, proteção de direitos e combate à discriminação, integrados numa estrutura de coordenação, monitorização e avaliação contínuas, com o objetivo de garantir uma integração mais justa, inclusiva e sustentável no concelho de Góis

Referências Bibliográficas

Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância. (2024). Sixth Report on Portugal. Estrasburgo: Conselho da Europa. <https://rm.coe.int/sixth-report-on-portugal/1680b6668d>

Instituto Nacional de Estatística. (s.d.). Instituto Nacional de Estatística. <https://www.ine.pt>

Observatório das Migrações. (2023) *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual*. Lisboa: Observatório das Migrações / ACM.



REGIÃO DE COIMBRA *a tua Casa*

*Onde todas as
pessoas têm lugar*

CONTACTOS

MUNICÍPIO DE GÓIS

Praça República 5, 3330-312
Góis

235 770 110

correio@cm-gois.pt

<https://www.cm-gois.pt/>

